

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	11

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	12
3.2 - Medições não contábeis	13
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	14
3.4 - Política de destinação dos resultados	15
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	16
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	17
3.7 - Nível de endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras informações relevantes	20

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	21
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	23
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	24
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	25
4.5 - Processos sigilosos relevantes	26
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	27
4.7 - Outras contingências relevantes	28

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	29
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	30
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	31
5.3 - Descrição dos controles internos	32
5.4 - Alterações significativas	33
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	34
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	35
6.3 - Breve histórico	36
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	37
6.6 - Outras informações relevantes	38
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	39
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	40
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	41
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	43
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	44
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	45
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	46
7.8 - Políticas socioambientais	47
7.9 - Outras informações relevantes	48
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	49
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	50
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	51

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	52
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	53
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	54
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	55
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	56
9.2 - Outras informações relevantes	57
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	58
10.2 - Resultado operacional e financeiro	67
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	68
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	69
10.5 - Políticas contábeis críticas	88
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	89
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	90
10.8 - Plano de Negócios	91
10.9 - Outros fatores com influência relevante	92
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	93
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	94
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	95
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	100
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	102
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	105
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	108
12.7/8 - Composição dos comitês	117

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	118
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	119
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	127
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	128
12.13 - Outras informações relevantes	129

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	130
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	132
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	135
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	136
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	137
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	138
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	139
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	140
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	141
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	142
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	143
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	144
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	145
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	146
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	147
13.16 - Outras informações relevantes	148

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	149
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	150
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	151
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	152
14.5 - Outras informações relevantes	153

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	154
15.3 - Distribuição de capital	159
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	160
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	161
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	162
15.7 - Principais operações societárias	163
15.8 - Outras informações relevantes	164

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	165
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	166
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	174
16.4 - Outras informações relevantes	175

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	176
17.2 - Aumentos do capital social	177
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	178
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	179
17.5 - Outras informações relevantes	180

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	181
---------------------------	-----

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	182
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	183
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	184
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	185
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	186
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	187
18.8 - Títulos emitidos no exterior	188
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	189
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	190
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	191
18.12 - Outras informações relevantes	192

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	193
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	194
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	195

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	196
20.2 - Outras informações relevantes	197

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	198
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	209
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	220
21.4 - Outras informações relevantes	221

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Edvaldo Angelo

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Wilson Harrison Jacobsen

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

- DECLARAÇÃO -

EDVALDO ANGELO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Rua Cerejeiras Nº 80, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade Nº 116.395 SSP/SC e inscrito no CPF sob Nº 154.761.039-53, eleito para o cargo de Diretor Presidente, atesta que:

- a) reviu o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Timbó (SC), 09 de maio de 2017.

Edvaldo Angelo

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

- DECLARAÇÃO -

WILSON HARRISON JACOBSEN, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua Argentina Nº 137, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade Nº 116.737-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob Nº 180.443.019-68, eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, atesta que:

a) reviu o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;

c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Timbó (SC), 09 de maio de 2017.

Wilson Harrison Jacobsen

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não se aplica ao Emissor.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Período de prestação de serviço	01/01/2012 a 31/12/2012
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2012. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2012 a 31/12/2012	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Período de prestação de serviço	01/01/2013 a 31/12/2013
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$59.940,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta reais).
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2013 a 31/12/2013	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Período de prestação de serviço	01/01/2014 a 31/12/2014
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2014. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$58.490,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2014 a 31/12/2014	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Período de prestação de serviço	01/01/2015 a 31/12/2015
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2015. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 60.750,00 (sessenta mil, setecentos e cinquenta reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2015 a 31/12/2015	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	54.276.936/0009-26
Período de prestação de serviço	01/01/2016 a 31/12/2016
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2016. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Paulo Sérgio Tufani	01/01/2016 a 31/12/2016	007.601.018-09	Rua Cristóvão Nunes Pires, 110, Sala 603, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88010-120, Telefone (48) 30244455, Fax (48) 30244455, e-mail: paulo.tufani@bdobrazil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	315-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Crowe Horwath Bendoraytes & Cia
CPF/CNPJ	42.170.852/0001-77
Período de prestação de serviço	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2017. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Geysa Bendoraytes e Silva	01/01/2017	076.252.107-40	Av. João Cabral de Mello Neto, 850 - Edif. Corporativo CEO, Bloco 3, 1301 a 1305, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-057, Telefone (21) 30304662, Fax (21) 30304662, e-mail: geysa.bendoraytesilva@crowehorwath.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	211.494.127,00	202.686.772,00	192.281.408,00
Ativo Total	316.931.432,00	412.035.442,00	407.450.575,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	217.160.431,00	221.810.486,00	236.534.313,00
Resultado Bruto	49.357.737,00	57.088.629,00	65.942.933,00
Resultado Líquido	13.436.291,00	16.587.113,00	19.926.637,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	9.011.763	9.011.763	9.156.163
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	23,468670	22,491360	21,000217
Resultado Básico por Ação	1,490972	1,840610	2,176310

3.2 - Medições não contábeis

Não se aplica ao Emissor.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não se aplica ao Emissor.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Conforme disposição estatutária, a destinação dos resultados será destinado:

- 5% (cinco por cento) para a formação de reserva legal, até o montante de 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6404/76 e legislação posterior, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, observado o disposto no Inciso III do Artigo 7º do presente Estatuto, na proporção do número de ações que cada um possuir na Companhia. Os juros sobre o capital próprio, aprovados pela Companhia em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o presente artigo;
- ao saldo se dará a destinação aprovada em Assembléia Geral, observadas as condições ou restrições estabelecidas em Lei.

As ações preferenciais terão dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A Assembléia Geral, independentemente de proposta dos órgãos da Administração, poderá empregar os lucros líquidos na forma que julgar conveniente e necessário.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido ajustado	11.916.550,00	15.757.757,00	18.930.306,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	39,820000	30,120000	38,280000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	6,629091	8,626470	10,886588
Dividendo distribuído total	4.745.843,15	4.745.843,15	7.247.051,00
Lucro líquido retido	7.170.707,00	11.011.914,00	11.683.255,00
Data da aprovação da retenção	27/04/2017	28/04/2016	28/04/2015

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	2.106.265,00	19/12/2016	2.106.265,00	22/12/2015	3.159.397,50	22/12/2014
Preferencial	2.639.578,15	19/12/2016	2.639.578,15	22/12/2015	4.087.653,50	22/12/2014

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Ação/ Espécie	Data da Aprovação	Data do Pagamento	Montante	Valor por Ação
Ordinária	03.11.2016	19.12.2016	2.106.265,00	0,50
Preferencial	03.11.2016	19.12.2016	2.639.578,15	0,55
Ordinária	05.11.2015	22.12.2015	2.106.265,00	0,50
Preferencial	05.11.2015	22.12.2015	2.639.578,15	0,55
Ordinária	25.04.2014	27.05.2014	842.487,60	0,20
Preferencial	25.04.2014	27.05.2014	1.091.243,12	0,22
Ordinária	19.04.2013	21.05.2013	842.506,00	0,20
Preferencial	19.04.2013	21.05.2013	1.214.231,00	0,22

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2016	105.437.305,00	Índice de Endividamento	33,26817550	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		78.659.645,00	0,00	0,00	0,00	78.659.645,00
Total			78.659.645,00	0,00	0,00	0,00	78.659.645,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1.a. Fatores Relacionados ao Emissor

O Emissor é uma empresa industrial e, como tal, tem como fatores de risco o risco financeiro, o risco de mercado de seus produtos e o risco comercial, entendido como tal o risco representado pela venda de produtos concorrentes a preços vis.

4.1.a.1. Risco de Mercado de Produtos

A carteira de produtos do Emissor é bastante diversificada, atendendo a diferentes setores de mercado. De fato, a METISA produz: (i) ferramentas de penetração no solo/FPS utilizadas por máquinas de terraplanagem na construção de estradas, na construção de barragens, em obras civis que demandam a movimentação de terra e em atividades de mineração; (ii) ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, utilizadas pelo setor agrícola; (iii) pás e lâminas para corte de pedras, utilizadas principalmente pela construção civil; (iv) acessórios ferroviários, utilizados pelas estradas de ferro. Cerca de 70% de sua produção é vendida no mercado interno e 30% é exportada para países diferentes. Resulta que há uma grande diversificação dos mercados em que o Emissor atua, situação que leva a minimizar o risco de mercado de seus produtos.

4.1.a.2. Risco Financeiro

Segundo o balanço da METISA relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os índices de liquidez da empresa eram os seguintes: liquidez corrente: 2,34; liquidez seca: 1,71 e liquidez geral: 2,17. Tais índices indicam uma situação financeira sólida e, conseqüentemente, um risco financeiro baixo.

4.1.a.3. Risco Comercial

METISA exporta cerca de 30% de sua produção e enfrenta a concorrência de produtos importados em sua linha de produtos agrícolas, na linha de FPS e na linha de lâminas para corte de pedras. Resulta que há um risco cambial que se materializa na forma de preços baixos dos produtos importados.

4.1.b. Fatores Relacionados ao Controlador

Não há fatores de risco relacionados ao controlador.

4.1.c. Fatores Relacionados aos Acionistas

Não há fatores de risco relacionados aos acionistas.

4.1.d. Fatores Relacionados a Controlados

O Emissor tem uma única empresa controlada, a METISA Florestal e Energética S.A., cuja principal atividade é o reflorestamento de pinus e eucaliptos. A METISA Florestal não teve atividades de comercialização de produtos no exercício de 2016.

Decorre que não há risco relevante relacionado à controlada.

4.1.e. Fatores Relacionados aos Fornecedores

A principal matéria-prima utilizada pelo Emissor é constituída por palanquilhas de lingotamento contínuo e chapas bobinas de aços de alto carbono e de aços micro ligados de qualidade construção mecânica. Os fornecedores desses materiais no Brasil são: o Grupo Gerdau, Arcelor-Mittal, Usiminas e CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1.f. Fatores Relacionados aos Clientes

METISA comercializa uma ampla gama de produtos a um grande número de clientes, no Brasil e no exterior, não existindo clientes que respondam sozinhos por parte relevante das vendas, entendido como tal cliente responsável por mais de 10% do faturamento.

Resulta que não há risco relevante relacionado a clientes.

4.1.g. Fatores Relacionados aos Setores da Economia

As vendas do Emissor se dirigem a diversos setores da economia, sendo os principais o setor agrícola, o setor de construção civil, a mineração e o setor de construção e conservação de estradas. Embora a atividade desses setores sofram flutuações, o risco de ruptura de suas atividades é praticamente inexistente. Resulta que não há risco relevante relacionado com os setores da economia nos quais o Emissor atua.

4.1.h. Fatores Relacionados à Regulação dos Setores em que o Emissor atua

A regulação dos setores em que o Emissor atua não afeta suas vendas.

4.1.i. Fatores Relacionados aos Países Estrangeiros

O fator de risco relacionado às vendas a países estrangeiros é a variação cambial e eventual inadimplência resultante da situação econômica de alguns dos países para onde o Emissor exporta. Nos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, a Companhia reconheceu como perda o montante de U\$ 765,000.00 (setecentos e sessenta e cinco mil dólares), valores considerados irrelevantes perante o total exportado no período, de aproximadamente U\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares).

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Com relação aos riscos relacionados no item 4.1, considera-se como riscos de alguma relevância o “Risco Comercial” e o “Risco Relacionado ao Fornecedor”. Cabe comentar:

a) Evolução do Risco Comercial

A evolução desse risco acompanha a flutuação da paridade cambial entre o Real e o Dólar Americano.

b) Evolução do Risco Relacionado ao Fornecedor

A existência de um oligopólio no setor siderúrgico voltado à fabricação de aços longos é um estímulo à entrada de novos concorrentes no setor. Entretanto, é necessário considerar que essa entrada enfrenta a barreira do investimento, visto que a implantação de uma usina siderúrgica integrada inteiramente nova demanda recursos financeiros vultosos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Os processos judiciais e/ou administrativos em que o Emissor seja parte, dado o seu valor, são individualmente irrelevantes, bem como, já estão devidamente provisionados nas suas demonstrações financeiras.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não se aplica ao Emissor.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não se aplica ao Emissor.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não se aplica ao Emissor.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não se aplica ao Emissor.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica ao Emissor.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

O principal risco de mercado a que o Emissor está exposto é o risco cambial, risco esse naturalmente decorrente de sua atividade exportadora. Esse risco advém dos efeitos da variação cambial sobre o contas a receber de clientes no exterior, sobre o valor dos contratos de exportação firmados e sobre o valor dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC).

No encerramento do exercício de 2016, os valores sujeitos à variação cambial eram:

- Contas a receber de clientes no exterior	R\$ 27.434.635,00
- Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC/ACE)	R\$ 31.182.761,00

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento dos riscos associados à variação cambial se faz mediante operações de adiantamento de contratos de exportação (ACE) e adiantamentos de contratos de câmbio (ACC).

5.3 - Descrição dos controles internos

Não se aplica ao Emissor.

5.4 - Alterações significativas

Considerada a situação atual, não há alterações significativas dos riscos de mercado do Emissor em relação aos presentes em 31 de dezembro de 2016.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Em 31 de dezembro de 2016 o Emissor tinha parte de suas disponibilidades - R\$ 5.773.146,00 aplicadas em títulos e valores mobiliários, substancialmente representados por ações de VALE, OGX, HRT, GERDAU, PETROBRÁS e BANCO DO BRASIL S.A.. Esses ativos representavam na data 5,32% do valor total das disponibilidades do Emissor - R\$ 108.365.921,00, entendido como tal o conjunto de ativos de liquidez imediata. Esses títulos estão sujeitos ao risco correspondente às flutuações das cotações dos referidos papéis na Bolsa de Valores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	08/01/1942
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	18/05/1971

6.3 - Breve histórico

Fundada em 08 de Janeiro de 1942 pelo Sr. Richard Paul Junior com a designação de “Metalúrgica Timboense Ltda.”. Iniciou suas atividades na produção de pás e outras ferramentas manuais, utilizadas na agricultura.

Em 1948, foi transformada em S.A.. Em 1953, instalou seu primeiro laminador a quente de chapas de aço, o que a tornou independente neste importante setor de matéria-prima.

A partir de 1966, a METISA iniciou a fabricação de peças para tratores, mercado pouco explorado, pois a maioria destas peças estavam sendo importadas. Começou, portanto, a fabricar lâminas para motoniveladoras e sapatas para esteiras de tratores, com grande aceitação no mercado. Somente neste setor, a empresa contribuiu com 12% na nacionalização dos tratores de esteiras.

Em 1985, houve a transferência da administração e da última parte dos equipamentos industriais da fábrica antiga para a nova unidade, concentrando todo o seu parque fabril na área industrial de Timbó (SC).

Em 1987, houve alteração da composição acionária na Companhia com a entrada de novos sócios, o que contribuiu decisivamente para a profissionalização da METISA em todos os seus níveis.

Certificada ISO 9000 pela BRTÜV desde 1997.

Em 2001, foi instalado um laminador aberto, dotado de quatro cadeias trio, elevando a capacidade de laminação.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não há pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial feito pelo Emissor, cuja situação econômico-financeira é sólida.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que mereçam ser relatadas.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1.1. Atividades do Emissor

O Emissor é caracteristicamente uma empresa do setor metalúrgico. Produz artefatos de aço para diversos usos, entre os quais destacam-se peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. Além destas três linhas de produtos, a METISA produz ainda diversos outros artefatos, como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. É relevante observar que as instalações industriais do Emissor são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. De fato, as linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possa desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Resulta que a empresa explora um único “segmento operacional”.

7.1.2. Atividades das Controladas

A única controlada, METISA Florestal e Energética S.A., se dedica a atividades de reflorestamento e exploração comercial de produtos florestais.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Como visto no item 7.1, o Emissor se constitui em um único segmento operacional.

7.2.a. Produtos Comercializados

São basicamente artefatos de aço diversos, sendo relevante citar: (i) ferramentas de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, tais como lâminas para tratores, motoniveladoras, pás carregadeiras, dentes para escavadeiras e retro-escavadeiras, sapatas para esteiras de tratores e outras máquinas rodoviárias, garras para recuperação de sapatas para esteiras; (ii) discos para arados e gradeadeiras e outras máquinas e implementos agrícolas, outras ferramentas para máquinas e implementos agrícolas; (iii) lâminas para corte de pedras; (iv) ferramentas manuais, tais como pás e cavadeiras; (v) acessórios ferroviários, tais como talas de junção para trilhos; (vi) acessórios para implementos rodoviários, tais como eixos para carretas, reboques e semi-reboques; (vii) arruelas em aço de alto carbono.

7.2.b. Receita Auferida pelo Segmento Operacional

É a receita auferida pelo Emissor, cuja receita operacional líquida nos três últimos exercícios foi: (i) 2014 - R\$ 236.534.313,00 (duzentos e trinta e seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e treze reais); (ii) 2015 - R\$ 221.810.486,00 (duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e seis reais); (iii) 2016 - R\$ 217.160.431,00 (duzentos e dezessete milhões, cento e sessenta mil, quatrocentos e trinta e um reais).

7.2.c. Resultado Obtido pelo Segmento Operacional

Trata-se do resultado obtido pelo Emissor. Nos últimos 3 anos, o lucro líquido realizado foi de: (i) 2014 - R\$ 19.926.637,00 (dezenove milhões, novecentos e vinte e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais); (ii) 2015 - R\$ 16.587.113,00 (dezesesseis milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, cento e treze reais); (iii) 2016 - R\$ 13.436.291,00 (treze milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e um reais); resultados esses correspondentes a 100% do lucro auferido pelo Emissor.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3.a. Características do Processo de Produção

O processo de fabricação dos produtos do Emissor se caracteriza por processos de transformação do aço a quente, o que inclui operações de laminação, forjamento e estamparia, seguidas ou não de tratamento térmico e operações de acabamento por usinagem. A tecnologia aplicada é de domínio público. A capacidade das instalações varia significativamente em função da mistura de produtos fabricada, observado que se produz em um mesmo conjunto de máquinas materiais de diferentes linhas de produtos. Há um programa de manutenção preventiva que inclui um período de férias coletivas no fim/início de cada ano, quando se procede aos trabalhos que demandam a paralisação relativamente longa de equipamentos, como a de fornos de aquecimento para as operações de transformação a quente – laminação, forjamento e estamparia.

7.3.b. Características do Processo de Distribuição

Os produtos do Emissor se destinam a dois mercados distintos: indústrias que as utilizam como parte das máquinas que produzem e o mercado de reposição. No primeiro caso, as vendas se fazem diretamente às indústrias clientes, no segundo caso as vendas se fazem a distribuidores, através de uma rede de representantes. O processo não envolve empresas controladas, coligadas ou de alguma forma ligas ao acionista controlador.

7.3.c. Características do Mercado de Atuação

7.3.c.i. Participação em cada um dos Mercados

Não há estatísticas conhecidas relativas aos mercados dos produtos do Emissor. Decorre que não se conhece qual a sua participação no mercado. Nos segmentos de mercado em que o Emissor atua não se registra a existência de monopólios ou oligopólios.

7.3.c.ii. Condições de Competição no Mercado

A concorrência nos diversos mercados em que se inserem os produtos do Emissor se faz em termos de qualidade do produto e preço.

7.3.d. Sazonalidade

A sazonalidade nas vendas do Emissor varia em função da linha de produtos. Na linha de produtos de ferramentas de penetração no solo, as vendas são maiores no período março a setembro no mercado interno e maio a agosto nas exportações; no caso de peças para máquinas e implementos agrícolas as vendas são maiores no período abril a outubro no mercado interno e outubro a fevereiro nas exportações; no caso de lâminas para corte de pedras as vendas são maiores no período agosto a dezembro no mercado interno, observado que as exportações desse produto são irrelevantes; no caso de ferramentas manuais, as vendas ao mercado interno são maiores no período março a setembro e nos períodos março a maio e outubro a dezembro nas exportações; no caso das outras linhas de produção não se observa sazonalidade relevante.

7.3.e. Principais Matérias-Primas e Insumos

A principal matéria-prima é o aço, adquirido sob a forma de palanquilhas de lingotamento contínuo e chapas bobinas. As ligas utilizadas são: (i) aço de alto carbono; (ii) aço micro ligado; (iii) aço de baixo carbono, todas na qualidade aços para construção mecânica.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3.e.i. Relações Mantidas com os Fornecedores

As relações mantidas com o principal fornecedor, Grupo Gerdau, são de parceria, com os fornecimentos sendo feitos segundo programação definida com base no Plano de Produção do Emissor.

7.3.e.ii. Dependência de Poucos Fornecedores

Há no Brasil fornecedores da matéria-prima consumida pelo Emissor - Grupo Gerdau e Arcelor Mittal, Usiminas e CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

7.3.e.iii. Volatilidade de Preços

Os preços têm se mantido firmes por períodos superiores a 6 meses, não se caracterizando como preços voláteis.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

As vendas do Emissor estão distribuídas por um número grande de clientes, não havendo nenhum que responda por mais do que 10% da receita líquida do Emissor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5.a. Autorizações para Exercício da Atividade

Não se aplica ao Emissor.

7.5.b. Política Ambiental do Emissor

O Emissor tem como política preservar o meio-ambiente e obedecer rigorosamente às determinações oficiais nesse sentido. Essa política se traduz em ações concretas, cabendo ressaltar o que se segue:

- I. As instalações fabris do Emissor se situam em terreno de 242 mil/m², terreno esse que margeia o Rio Benedito Novo, afluente do Rio Itajaí. A empresa desenvolve um programa de recomposição da mata ciliar do rio, mediante o plantio de espécies nativas;
- II. A empresa implantou um sistema de recirculação da água industrial, usada no resfriamento de seus fornos, nos laminadores e nas instalações de tratamento térmico. A água usada passa por um sistema de decantação e filtração, sendo a seguir levada a uma lagoa dotada de repuxo para resfriamento. Nessa lagoa com uma área de 30.000 m² a qualidade é controlada. Com esse sistema não há efluentes e a empresa capta do rio apenas a quantidade de água necessária para repor as perdas, basicamente por evaporação. O custo marginal desse sistema é irrelevante.
- III. Cumprindo normas ambientais, a empresa envia seus rejeitos sólidos, basicamente a carepa formada nos processos de transformação a quente, a aterro legalmente autorizado a receber tal material.

7.5.c. Dependência de Patentes, Marcas e Licenças

Os processos industriais utilizados pelo Emissor são de domínio público, bem como o projeto dos produtos que fabrica, com uma única exceção que é o projeto das lâminas de corte de pedra produzidas segundo patente de propriedade do Emissor. Resulta que o Emissor não depende de licenças e não paga royalties no desenvolvimento de suas atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Os registros do Emissor agrupam os clientes por região, tendo-se a seguinte distribuição, expressa em porcentagem da receita operacional líquida total do Emissor:

Região	% Receita Operacional Líquida Total		
	2014	2015	2016
Europa ⁽¹⁾	5,3	5,8	4,2
Oriente Médio/Norte da África ⁽²⁾	0,8	1,2	0,5
África	1,0	1,5	1,2
Ásia	1,4	3,8	2,5
Oceania	2,1	2,3	1,6
América do Norte ⁽³⁾	6,7	8,6	8,5
América do Sul	6,7	10,6	8,3
América Central e Caribe	0,3	1,0	0,3

⁽¹⁾ Inclui Turquia. ⁽²⁾ Inclui Egito, Líbia, Marrocos e Argélia. ⁽³⁾ Inclui México.

Receita Proveniente de Países Estrangeiros

A participação do total das receitas provenientes de países estrangeiros na receita operacional líquida total do Emissor, expressa em porcentagem, foi:

2014	2015	2016
24,3%	34,8%	27,1%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não há restrições conhecidas às exportações do Emissor por parte dos países para os quais ele exporta suas mercadorias.

7.8 - Políticas socioambientais

O Emissor respeita e cumpre as políticas socioambientais emanadas dos órgãos públicos correspondentes.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a prestar.

8.1 - Negócios extraordinários

Não se aplica ao Emissor.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não se aplica ao Emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não se aplica ao Emissor.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não se aplica ao Emissor.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1.a. Ativos Imobilizados

Os ativos imobilizados relevantes para a atividade do Emissor são os que constituem seu parque fabril, localizado à Av. Fritz Lorenz 2.442, no Município de Timbó - SC.

Esses ativos são compostos basicamente por um terreno plano de 243.000 m², uma área construída de 36.111,91 m² e por um parque de equipamentos para transformação a quente de semi-acabados de aço em peças diversas, complementado por um conjunto de máquinas de usinagem e de instalações de limpeza e pintura utilizado em operações de acabamento das referidas peças de aço conformadas a quente.

9.1.b. Patentes, Marcas, Licenças e Concessões

O Emissor comercializa seus produtos sob marca própria - a marca METISA. Não trabalha sob licença ou concessão de terceiros e os projetos dos materiais que fabrica são de domínio público.

9.1.c. Sociedades Controladas

O Emissor controla a METISA Florestal e Energética S.A., sobre a qual cabe informar:

- i) Denominação Social: METISA Florestal e Energética S.A.;
- ii) Sede: Rua Fritz Lorenz, Nº 2442, Distrito Industrial, Timbó (SC).
- iii) Atividade Desenvolvida: reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada;
- iv) Participação do Emissor: 100%;
- v) Controle: a sociedade é controlada;
- vi) Registro na CVM: não possui;
- vii) Valor Contábil da Participação: R\$ 10.692.502,00, em 31/12/2016;
- viii) Valor de Mercado: a controlada não é empresa de capital aberto e, conseqüentemente, suas ações não são cotadas em Bolsa de Valores e, portanto, não há um valor de mercado;
- ix) Valorização da Participação: o valor contábil da participação variou nos três últimos exercícios, como segue:

	Unidade	Exercício		
		2014	2015	2016
Valor Contábil	R\$	10.284.277	10.091.168	10.692.502
Valorização	R\$	27.041	(193.109)	601.334

- x) Valorização/Desvalorização a Valores de Mercado: não há valor de mercado;
- xi) Dividendos Recebidos: não foram pagos;
- xii) Razões para Aquisição e Manutenção da Controlada: O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais que produz e na fabricação de embalagens de seus produtos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno com área de 243.000 m2	Brasil	SC	Timbó	Própria
Área Construída de 36.111,91 m2	Brasil	SC	Timbó	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Metisa Florestal e Energética	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
							Valor mercado	
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	10.091.168,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Eissou enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.								
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
							Valor mercado	
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	10.284.277,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,263628	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.								
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
							Valor mercado	
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	10.692.502,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.								

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações sobre este assunto julgadas relevantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, são adequadas, permitindo que a Companhia cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como, colocando-a em condições de fazer frente a novas oportunidades, não existindo fatos para acreditarmos que tal situação seja alterada de forma significativa em um curto espaço de tempo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria considera que a estrutura atual de capital da Companhia é adequada.

i. hipótese de resgate

Não há um programa para resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia, através do controle e planejamento constante dos seus ativos e passivos financeiros, entende que inexistente uma sinalização negativa em relação à sua capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são representadas por financiamentos junto ao BNDES, seus agentes financeiros, com taxas de juros de mercado, conforme informações disponíveis nos sites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBovespa e, colocadas à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava disponibilidades no montante de R\$ 102.592.775,00 (cento e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais) e dívidas financeiras de R\$ 78.659.645,00 (setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) resultando em um caixa líquido no montante de R\$ 23.933.130,00 (vinte e três milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e trinta reais).

d) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte utilizada para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia, são originários do BNDES através dos seus agentes fiduciários.

e) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

A Diretoria entende que, com a manutenção dos resultados positivos e da geração de caixa obtidos no momento, não é necessário recorrer a Instituições Financeiras. Porém, poderá utilizar linhas especiais com taxas de juros subsidiadas para financiar o seu capital circulante e não circulante.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

A Companhia apresenta abaixo seus níveis de endividamento, de forma consolidada, no exercício encerrado em 31.12.2016:

Taxa média de remuneração das aplicações em %		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e Bancos		473.802	411.554	488.299	424.823
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	102.118.973	204.595.012	102.393.212	205.085.738
		102.592.775	205.006.566	102.881.511	205.510.561

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

- **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Controladora e Consolidado				
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	2016	2015
EXIM-BNDES	Capital de giro	Juros de até 5,50% a.a.	7.494.536	117.110.434
EXIM-BNDES	Capital de giro	Juros de até 8,00% a.a	39.982.348	39.987.234
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a	31.182.761	26.698.047
	Total dos empréstimos		78.659.645	183.795.715
	Circulante		(78.659.645)	(136.782.83)
	Não Circulante		-	47.012.885

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:	2016	2015
2017	-	47.012.885
	-	47.012.887

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, sendo que os de capital de giro - EXIM BNDES, possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

ii. outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras

Não se aplica a Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica a Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras

A Companhia apresenta a tabela abaixo, com a comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em Reais)**

Ativo	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	205.006.566	201.877.606	205.510.561	202.448.449
Títulos e valores mobiliários	2.426.081	4.185.648	2.426.081	4.185.648
Contas a receber e outras contas a receber	51.072.433	49.390.780	51.085.432	49.393.893
Estoques	60.396.025	55.192.658	60.396.025	55.192.658
Tributos a recuperar	4.247.853	6.360.176	4.247.853	6.360.176
Despesas antecipadas	98.597	77.041	98.597	77.041
Total do ativo circulante	323.247.555	317.083.909	323.764.549	317.657.865
Realizável a longo prazo	5.257.555	4.950.533	5.257.555	4.950.533
Investimentos	10.251.168	10.444.277	160.000	160.000
Imobilizado	75.858.991	73.490.714	85.452.923	83.214.149
Intangível	1.193.111	1.481.142	1.193.111	1.481.142
Total do ativo não circulante	92.560.825	90.366.666	92.063.589	89.805.824
Total do ativo	415.808.380	407.450.575	415.828.138	407.463.689
Passivo	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	2.859.494	2.909.244	2.859.494	2.909.244
Empréstimos e financiamentos	136.782.830	28.899.719	136.782.830	28.899.719
Salários e encargos sociais	3.131.828	3.089.783	3.144.084	3.092.210
Obrigações tributárias	2.088.782	1.976.111	2.091.903	1.982.466
Férias e encargos sociais	2.390.993	2.230.406	2.394.673	2.234.738
Participação dos empregados	899.010	1.065.681	899.010	1.065.681
Participação dos administradores	1.864.469	2.210.131	1.864.469	2.210.131
Comissões e fretes sobre vendas	2.134.107	2.003.516	2.134.107	2.003.516
Outras contas a pagar	1.386.921	1.437.377	1.387.622	1.437.377
Total do passivo circulante	153.538.434	45.821.968	153.558.192	45.835.082
Empréstimos e financiamentos	47.012.885	155.686.283	47.012.885	155.686.283
Provisões para contingências	2.382.108	2.870.053	2.382.108	2.870.053
Impostos diferidos	10.188.181	10.790.863	10.188.181	10.790.863
Total do passivo não circulante	59.583.174	169.347.199	59.583.174	169.347.199
Total do passivo	213.121.608	215.169.167	213.141.366	215.182.281
Patrimônio líquido				
Capital social	100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000
Reservas de lucros	87.653.089	85.894.729	87.653.089	85.894.729
(-) Ações em tesouraria	(1.320.170)	(10.830.965)	(1.320.170)	(10.830.965)
Outros resultados abrangentes	16.353.853	17.217.644	16.353.853	17.217.644
Total do patrimônio líquido	202.686.772	192.281.408	202.686.772	192.281.408
Total do passivo e patrimônio líquido	415.808.380	407.450.575	415.828.138	407.463.689
Valor patrimonial por ação	22.49136	21.00022	22.49136	21.00022

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	221.810.486	236.534.313	221.960.607	236.661.996
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(164.721.857)	(170.591.380)	(164.964.364)	(170.560.598)
LUCRO BRUTO	57.088.629	65.942.933	56.996.243	66.101.398
DESPESAS OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	(17.129.750)	(18.407.271)	(17.286.780)	(18.557.681)
Com vendas	(29.270.655)	(28.926.832)	(29.270.655)	(28.926.832)
Outras receitas operacionais	413.959	377.825	414.124	378.072
Resultado de equivalência patrimonial	(193.109)	35.464	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	10.909.074	19.022.119	10.852.932	18.994.957
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	42.746.823	26.419.127	42.814.999	26.462.749
Despesas financeiras	(31.413.426)	(19.209.792)	(31.413.431)	(19.209.974)
Juros sobre o capital próprio	(4.745.843)	(7.247.051)	(4.745.843)	(7.247.051)
LUCRO OPERACIONAL	17.496.628	18.984.403	17.508.657	19.000.681
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.194.810)	(7.526.323)	(7.206.839)	(7.542.601)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.539.452	1.221.506	1.539.452	1.221.506
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DE JUROS	11.841.270	12.679.586	11.841.270	12.679.586
Reversão de juros sobre o capital próprio	4.745.843	7.247.051	4.745.843	7.247.051
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.587.113	19.926.637	16.587.113	19.926.637
Lucro líquido por ação	1,84061	2,17631	1,84061	2,17631

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	16.587.113	19.926.637	16.587.113	19.926.637
Outros resultados abrangentes	863.791	1.090.347	863.791	1.090.347
Resultado abrangente do período	17.450.904	21.016.984	17.450.904	21.016.984
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	17.450.904	21.016.984

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
		Legal	Retenção de lucros					a Realizar
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	100.000.000	9.724.818	57.399.058	6.854.297	(9.247.766)	18.307.991	-	183.038.398
Reservão de dividendos e JSCP	-	-	79.012	-	-	-	-	79.012
Dividendos complementares	-	-	(1.932.389)	-	-	-	-	(1.932.389)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(1.583.199)	-	-	(1.583.199)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(203.030)	-	-	203.030	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(1.090.347)	1.090.347	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.926.637	19.926.637
Destinação proposta à Assembléia Geral:								
.Reserva legal	-	996.331	-	-	-	-	(996.331)	-
.Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.247.051)	(7.247.051)
.Retenção de lucros	-	-	12.976.632	-	-	-	(12.976.632)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	100.000.000	10.721.149	68.522.313	6.651.267	(10.830.965)	17.217.644	-	192.281.408
Reservão de dividendos e JSCP	-	-	122.781	-	-	-	-	122.781
Ações em tesouraria	-	-	(11.069.482)	-	9.510.795	-	-	(1.558.687)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(136.927)	-	-	136.927	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(863.791)	863.791	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	16.587.113	16.587.113
Destinação proposta à Assembléia Geral:								
.Reserva legal	-	829.356	-	-	-	-	(829.356)	-
.Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(4.745.843)	(4.745.843)
.Retenção de lucros	-	-	12.012.632	-	-	-	(12.012.632)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	100.000.000	11.550.505	69.588.244	6.514.340	(1.320.170)	16.353.853	-	202.686.772

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	16.587.113	19.926.637	16.587.113	19.926.637
<i>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</i>				
- Depreciação, amortização e exaustão	7.766.566	6.602.445	7.945.483	6.859.345
- Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	17.434.302	9.825.010	17.434.302	9.825.010
- Equivalência patrimonial	193.109	(35.464)	-	-
- Valor residual de ativos não circulantes	2.998	838.635	3.333	839.288
- Dividendos a receber	-	8.423	-	-
Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro	41.984.088	37.165.686	41.970.231	37.450.280
<i>Variações nos ativos e passivos</i>				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	1.759.567	2.867.332	1.759.567	2.867.332
(Aumento)/Redução em contas a receber e outras contas a receber	(1.681.653)	4.018.283	(1.691.539)	4.019.407
(Aumento)/Redução nos estoques	(5.203.367)	(13.741.520)	(5.203.367)	(13.741.520)
(Aumento)/Redução em impostos a recuperar	2.112.323	(959.849)	2.112.323	(959.849)
(Aumento)/Redução nas despesas antecipadas	(21.556)	37.610	(21.556)	37.610
Aumento/(Redução) em fornecedores	(49.750)	(648.170)	(49.750)	(648.999)
Aumento/(Redução) em salários e encargos sociais	42.045	(364)	51.874	(9.728)
Aumento/(Redução) nas obrigações tributárias	112.671	(832.484)	109.437	(830.229)
Aumento/(Redução) de férias e encargos sociais	160.587	(271.254)	159.935	(271.363)
Aumento/(Redução) nas participações a pagar	(512.333)	(776.146)	(512.333)	(776.146)
Aumento/(Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	130.591	(918.192)	130.591	(918.192)
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(50.456)	(261.921)	(49.755)	(261.921)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	38.782.757	25.679.011	38.765.658	25.956.682
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
No realizável a longo prazo	(307.023)	(763.060)	(307.023)	(763.060)
No imobilizado	(9.721.506)	(10.642.076)	(9.771.255)	(10.751.443)
No intangível	(128.303)	(890.615)	(128.303)	(890.615)
Ações em tesouraria	(1.558.687)	(1.583.199)	(1.558.687)	(1.583.199)
Reversão de dividendos e JSCP	122.781	79.012	122.781	79.012
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(11.592.738)	(13.799.938)	(11.642.487)	(13.909.305)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Acréscimo (decréscimo) do exigível de longo prazo	(1.090.626)	(395.773)	(1.090.626)	(395.773)
Empréstimos e financiamentos obtidos	66.302.605	106.939.782	66.302.605	106.939.782
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(84.527.195)	(63.146.350)	(84.527.195)	(63.146.350)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(4.745.843)	(9.179.440)	(4.745.843)	(9.179.440)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	(24.061.059)	34.218.219	(24.061.059)	34.218.219
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa	3.128.960	46.097.292	3.062.112	46.265.596
Caixa e equivalentes à caixa no começo do período	201.877.606	155.780.314	202.448.449	156.182.853
Caixa e equivalentes à caixa no fim do período	205.006.566	201.877.606	205.510.561	202.448.449

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
1 - RECEITAS	260.152.193	284.477.145	260.315.073	284.629.273
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	261.950.992	284.784.003	262.113.707	284.935.884
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)	(2.259.209)	(717.312)	(2.259.209)	(717.312)
1.3) Outras (despesas) receitas	460.410	410.454	460.575	410.701
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	179.127.787	196.044.414	179.175.606	195.791.447
2.1) Custo dos produtos e mercadorias vendidos	159.980.461	174.941.834	159.912.266	174.457.506
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (adm/ven)	19.147.326	21.102.580	19.263.340	21.333.941
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	81.024.406	88.432.731	81.139.467	88.837.826
4 - RETENÇÕES	7.414.167	6.306.319	7.593.083	6.563.219
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	7.414.167	6.306.319	7.593.083	6.563.219
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	73.610.239	82.126.412	73.546.384	82.274.607
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	42.404.179	26.390.773	42.665.464	26.398.931
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	(193.109)	35.464	-	-
6.2) Receitas financeiras	42.597.288	26.355.309	42.665.464	26.398.931
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	116.014.418	108.517.185	116.211.848	108.673.538
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	116.014.418	108.517.185	116.211.848	108.673.538
8.1) Pessoal	52.747.065	50.634.507	52.897.563	50.729.162
- Remuneração direta	43.992.624	42.719.781	44.129.217	42.804.289
- Benefícios	5.357.586	4.784.966	5.358.016	4.784.966
- FGTS	3.396.855	3.129.760	3.410.330	3.139.907
8.2) Impostos, contribuições e taxas	15.949.028	18.797.067	15.995.955	18.858.583
- Federais	15.504.521	18.272.587	15.548.966	18.331.690
- Estaduais	379.409	464.344	381.423	466.265
- Municipais	65.098	60.136	65.566	60.628
8.3) Variações cambiais e juros	30.731.212	19.158.974	30.731.217	19.159.156
- Juros	10.008.260	7.599.372	10.008.260	7.599.500
- Outras	20.722.952	11.559.602	20.722.957	11.559.656
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	4.745.843	7.247.051	4.745.843	7.247.051
8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício	11.841.270	12.679.586	11.841.270	12.679.586

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**ESTOQUES DO EXERCÍCIO - (Em Reais)**

	CONSOLIDADO	
	2016	2015
Produtos acabados	26.945.004	22.240.243
Produtos em processo	10.466.371	11.924.255
Matérias-primas	14.875.649	16.757.522
Materiais secundários	6.554.972	6.552.241
Materiais de manutenção	2.397.867	2.391.004
Importação em andamento	18.882	410.149
Adiantamento a fornecedores	179.021	120.611
Provisão para perdas	(116.860)	-
	61.320.906	60.396.025

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Metisa obteve uma receita operacional bruta de R\$254.046,0 mil, com a comercialização de 39.478 toneladas de produtos. Analisando-se esse desempenho, comparativamente ao ano de 2015, registra-se um decréscimo de 1,9% na quantidade vendida e 0,15% na receita operacional bruta.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2016, a Metisa auferiu um lucro líquido de R\$13.436,3 mil, correspondente a 6,19% da receita operacional líquida e que representou uma rentabilidade de 6,62% sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015, correspondendo a um resultado de R\$1,49 por ação.

b) Variações das receitas atribuíveis a variação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os aspectos relativos a este item, acham-se descritos nos itens precedentes.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Em relação aos impactos relacionados neste item, seus efeitos acham-se descritos nos itens precedentes.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3.a. Introdução ou Alienação do Segmento Operacional

Não se aplica a Companhia.

10.3.b. Aquisição ou Alienação de Participação Societária

Não se aplica a Companhia.

10.3.c. Eventos ou Operações Não Usuais

Não se aplica a Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

As políticas contábeis descritas, em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário, conforme segue:

a.1) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 21 de março de 2017.

a.2) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (i).

a.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a.4) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

a.5) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.6) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

a.7) Instrumentos financeiros

a.7.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

a.7.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.7.3 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

a.8) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

a.9) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

a.10) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

a.11) Ativos biológicos (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste do valor justo do ativo biológico”. O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

a.12) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.13) Imobilizado

a.13.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010 a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

a.13.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

a.13.3 Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

a.14) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a.14.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

a.14.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

a.15) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aquisição de veículos com instituições financeiras. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

a.16) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

a.17) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

a.18) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.19) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

a.20) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

a.21) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.22) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros.

a.23) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a.23.1 Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

a.23.2 Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2016 e não operou com esses instrumentos no exercício findo naquela data.

a.23.3 Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

a.24) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Remuneração das aplicações</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e Bancos		473.802	411.554	488.299	424.823
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	102.118.973	204.595.012	102.393.212	205.085.738
		102.592.775	205.006.566	102.881.511	205.510.561

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

a.25) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificada como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Banco do Brasil (BBAS3)	1.717.086	383.240
(-) Venda de Opções - Banco do Brasil (BBAS3)	(25.177)	-
Gerdau S.A. (GGBR4)	12.960	5.580
OGX (OGXP3)	3.956	2.700
Petrobras S.A. (PETR4)	2.289.504	1.165.586
Petrório (PRIO3)	8.712	4.900
Vale S.A. (VALE5)	1.781.865	864.075
(-) Venda de Opções - Vale (VALE5)	(15.760)	-
	5.773.146	2.426.081

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.26) Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercado interno	23.050.889	19.267.242	23.050.889	19.277.657
Mercado externo	27.434.635	31.493.974	27.434.635	31.493.974
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(3.174.743)	(2.378.003)	(3.174.743)	(2.378.003)
Outras contas a receber (i)	3.594.538	2.689.220	3.597.440	2.691.804
	50.905.319	51.072.433	50.908.221	51.085.432

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 25. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo, que teve a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Saldo em 2016
Mercado interno	35.137	967.478	(348.240)	654.375
Mercado externo	2.342.866	577.979	(400.477)	2.520.368
	2.378.003	1.545.457	(748.717)	3.174.743

(i) outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Adiantamento de salário e férias	1.532.629	1.106.639	1.535.382	1.109.223
Adiantamento a fornecedores	866.874	834.126	866.874	834.126
Cessões de créditos de ICMS (a)	688.353	391.213	688.353	391.213
Outros valores	506.682	357.242	506.831	357.242
	3.594.538	2.689.220	3.597.440	2.691.804

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

a.27) Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados	26.945.004	22.240.243
Produtos em processo	10.466.371	11.924.255
Matérias-primas	14.875.649	16.757.522
Materiais secundários	6.554.972	6.552.241
Materiais de manutenção	2.397.867	2.391.004
Importação em andamento	18.882	410.149
Adiantamento a fornecedores	179.021	120.611
Provisão para perdas	(116.860)	-
	61.320.906	60.396.025

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.28) Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
ICMS (i)	1.541.250	1.470.837
IPI	12.418	8.820
IRPJ (ii)	4.251.293	1.941.776
CSLL (ii)	715.092	653.686
PIS/COFINS	224.170	-
REINTEGRA	34.928	172.734
	6.779.151	4.247.853

(i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.

(ii) Refere-se a antecipações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal, que superaram o valor apurado na base anual.

a.29) Realizável a longo prazo

a.29.1 Outras conta a receber

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Depósitos judiciais (i)	887.356	1.134.349
Incentivos fiscais	-	260.013
Empréstimos compulsórios	90.255	90.255
	977.611	1.484.617

(i) Referem-se a depósitos para garantir a execução de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões estão devidamente reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Cíveis	55.221	55.221
Tributários	17.143	1.079.128
Trabalhistas	814.992	-
	887.356	1.134.349

a.29.2 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A conciliação do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ e CSL correntes	(4.604.900)	(7.194.810)	(4.652.050)	(7.206.839)
IRPJ e CSL diferidos	229.684	1.539.452	229.684	1.539.452

Impostos correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (controladora e consolidado) a Companhia não apresentava prejuízos fiscais bem como base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
- Sobre adições temporárias	(406.446)	833.003
- Sobre depreciação custo atribuído	413.725	445.007
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(144.665)	(96.227)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	367.070	357.470
- Sobre diferença de valor residual	-	199
	229.684	1.539.452

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	2016		2015	
Adições temporárias:	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
- Provisão para perdas em Eletrobrás	361.020	361.020	361.020	361.020
- Contingências trabalhistas	215.300	215.300	170.605	170.605
- Contingências cíveis	47.972	47.972	244.168	244.168
- Comissão sobre vendas	747.384	747.384	762.134	762.134
- Provisão para riscos de créditos	3.174.743	3.174.743	-	2.378.003
- Provisão para perdas com estoques	116.860	116.860	-	-
- Ajuste líquido receitas faturadas e não embarcadas	246.377	246.377	-	-
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	6.788.836	-	9.766.087
Base de cálculo	4.909.656	11.698.492	3.915.930	13.682.017
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	441.869	2.924.623	352.434	3.420.504

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

a.30) Investimentos

A seguir demonstramos um sumário das informações da controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

METISA Florestal e Energética S.A.		
	2016	2015
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	10.692.502	10.091.168
Total de ativo e passivo	9.863.240	10.110.926
Receitas líquidas de vendas	10.605	218.316
Percentual de participação		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	601.334	(193.109)
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	601.334	(193.109)
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	10.692.502	10.091.168
Outros investimentos avaliados pelo custo	-	160.000
Saldo de investimentos	10.692.502	10.251.168

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.31) Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

					Controladora
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e Construções	30.055.110	-	-	-	30.055.110
Móveis e Utensílios	4.321.076	113.635	(23.144)	185.981	4.597.548
Veículos	1.393.287	-	(112.000)	-	1.281.287
Máquinas e Equipamentos	113.339.844	545.478	(2.208.690)	11.091.243	122.767.875
Imobilizações em andamento	10.851.656	7.954.605	-	(11.277.224)	7.529.037
Depreciações acumuladas	(94.411.729)	(7.674.986)	2.278.501	-	(99.808.214)
	75.858.991	938.732	(65.333)	-	76.732.390

					Consolidado
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Terrenos	11.155.359	-	-	41.926	11.197.285
Reflorestamento	8.663.384	847.927	(147.644)	607.492	9.971.159
Edifícios e Construções	30.269.295	-	-	-	30.269.295
Móveis e Utensílios	4.340.690	113.635	(23.144)	185.981	4.617.162
Veículos	1.490.377	-	(112.000)	-	1.378.377
Máquinas e Equipamentos	113.398.581	545.478	(2.208.690)	11.091.243	122.826.612
Imobilizações em andamento	11.493.686	7.961.992	-	(11.926.642)	7.529.036
Depreciação acumulada	(95.358.449)	(7.704.703)	2.426.145	-	(100.637.007)
	85.452.923	1.764.329	(65.333)	-	87.151.919

a.32) Intangível

	Controladora e Consolidado				
	2015	Adições	Baixas	Transferências	2016
Software	1.207.025	-	(267.028)	68.765	1.008.761
Intangível em andamento	460.608	4.011	-	(68.765)	395.855
Amortização acumulada	(474.522)	(179.148)	267.028	-	(386.642)
	1.193.111	(175.137)	-	-	1.017.974

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2016, da Controladora, totalizaram R\$ 7.854.134 (R\$ 7.766.566 em 31 de dezembro de 2015). Desse total, R\$ 7.217.283 (R\$ 7.114.391 em 31 de dezembro de 2015) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

a.33) Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Controladora e Consolidado				
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	2016	2015
EXIM-BNDES	Capital de giro	Juros de até 5,50% a.a.	7.494.536	117.110.434
EXIM-BNDES	Capital de giro	Juros de até 8,00% a.a.	39.982.348	39.987.234

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a	31.182.761	26.698.047
	Total dos empréstimos		78.659.645	183.795.715
	Circulante		(78.659.645)	(136.782.83)
	Não Circulante		-	47.012.885

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017	-	47.012.885
	-	47.012.887

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, sendo que os de capital de giro - EXIM BNDES, possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants), as quais cumpre integralmente.

a.34) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ e CSLL	796.285	810.222	798.320	812.723
ICMS ST	75.551	72.210	75.551	72.210
IPI	30.371	298.095	30.371	298.095
PIS	-	21.582	-	21.600
COFINS	-	127.484	-	127.566
CPRB	160.458	111.615	160.458	111.615
IRRF	880.660	631.281	881.031	631.723
Outros tributos	16.697	16.293	16.697	16.371
	1.960.022	2.088.782	1.962.428	2.091.903

a.35) Participações de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

a.36) Partes Relacionadas

A remuneração da administração, bem como as operações entre a Companhia e a Partes Relacionadas foram realizadas conforme a seguir.

a.36.1 Remuneração dos administradores

A Companhia prevê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração fixa	5.279.800	4.716.100	5.351.144	4.780.500
Remuneração variável	1.864.469	2.210.131	1.864.469	2.210.131

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.36.2 Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
- Fornecimento de Serviços		
PARTBANK S.A.	474.444	444.900
Ricardo Teixeira Mendes	259.276	243.052
Elite CCVM Ltda	23.336	13.003
- Fornecimento de produtos e insumos:		
METISA Florestal e Energética S.A.	-	70.778
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	154.217	120.458

a.37) Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia, como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

Controladora e Consolidado				
	<u>Saldo em 2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2016</u>
Cíveis	244.168	-	(196.196)	47.972
Tributárias	1.967.335	-	(264.136)	1.703.199
Trabalhistas	170.605	122.500	(77.805)	215.300
	2.382.108	122.500	(538.137)	1.966.471

Tributárias - refere-se a demandas judiciais relativas ao INSS, para as quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 571.791 (R\$ 1.079.128 - em 31/12/2015).

Trabalhista - consiste em diversas matérias relacionadas a área trabalhista.

a.38) Impostos diferidos registrados no passivo não circulante

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Crédito Tributário Ativo (i)	3.366.492	3.772.938
Crédito Tributário Passivo (ii)	9.565.988	10.188.181
Passivo Líquido não circulante	6.199.496	6.415.243

(i) - refere-se a créditos sobre diferenças temporárias (Nota 8).

(ii) - foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado (deemed cost) e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil.

a.39) Patrimônio líquido

a.39.1 Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2016, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais, em 31

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

de dezembro de 2015), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria 125.500 ações preferenciais de sua emissão (125.500 ações em 31 de dezembro de 2015).

a.39.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, em 03 de novembro de 2016, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$0,55 por ação preferencial e R\$0,50 por ação ordinária, para pagamento em 19 de dezembro de 2016, cujo montante foi assim determinado:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	13.436.291	16.587.113
Reserva legal	(671.814)	(829.356)
Reserva de lucro a realizar	(847.927)	-
Lucro líquido ajustado	11.916.550	15.757.757
Juros sobre o capital próprio	4.745.843	4.4.745.843
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	39,82%	30,12%

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

a.39.3 Reservas de lucros

- Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

- Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$7.170.707, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

a.40) Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Mercado Interno	195.304.351	176.377.391	195.314.956	176.540.106
Mercado Externo	58.741.289	77.291.434	58.741.289	77.291.434
(-) Impostos sobre Vendas	(36.885.209)	(31.858.339)	(36.885.898)	(31.870.933)
	217.160.431	221.810.486	217.170.347	221.960.607

a.41) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com pessoal	4.826.997	4.519.744	4.843.378	4.534.945
Despesas com serviços de terceiros	1.632.136	1.621.696	1.635.861	1.627.936
Honorários Conselho Fiscal	353.000	329.100	353.000	329.100
Honorários dos Administradores	5.279.800	4.716.000	5.351.144	4.780.500

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Participação no lucro dos empregados	717.472	899.010	717.472	899.010
Participação no lucro dos Administradores	1.426.106	1.864.469	1.426.106	1.864.469
Gastos com materiais gerais	1.010.584	841.211	1.026.036	855.527
Outras despesas	2.399.438	2.338.420	2.451.043	2.395.293
	17.645.533	17.129.750	17.804.040	17.286.780

a.42) Despesas com vendas

	Controladora /Consolidado	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas variáveis de vendas	19.641.339	19.325.732
Despesas com pessoal	4.960.772	4.724.202
Despesas com propaganda e publicidade	1.094.687	1.236.180
Despesas com viagens	535.665	627.800
Provisão para devedores duvidosos	1.117.672	2.408.744
Outras despesas	977.610	947.907
	28.327.745	29.270.655

a.43) Resultado financeiro

<u>Receitas Financeiras</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Juros de mora	836.118	771.033	836.119	771.035
Descontos	23.721	55.901	23.721	55.901
Dividendos e JSCP	45.248	100.026	45.248	101.051
Variações cambiais de exportação	12.210.795	16.474.535	12.210.795	16.474.535
Receita de títulos e valores mobiliários	4.690.615	1.760.293	4.690.615	1.760.293
Receita aplicações financeiras	18.178.297	22.801.930	18.231.450	22.869.079
Outras variações monetárias	186.287	633.570	186.287	633.570
Reversão de perdas com contas a receber	48.233	149.535	48.233	149.535
	36.219.314	42.746.823	36.272.468	42.814.999

<u>Despesas Financeiras</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IOF/ PIS/COFINS	1.183.155	682.214	1.183.155	682.214
Juros	7.146.643	10.008.260	7.146.693	10.008.260
Despesas bancárias	503.375	458.969	503.487	458.973
Descontos/deságios	31.519	131.000	31.524	131.001
Variações cambiais	10.520.160	16.952.134	10.520.160	16.952.134
Perdas com títulos e valores mobiliários	1.713.364	3.180.849	1.713.364	3.180.849
	21.098.216	31.413.426	21.098.383	31.413.431

Resultado financeiro líquido	15.121.098	11.333.397	15.174.085	11.401.568
-------------------------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

a.44) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.45) Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

a.46) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a.46.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a.46.2 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

a.46.3 Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	Consolidado	
	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	102.881.511	205.510.561
Títulos e valores mobiliários	5.773.146	2.426.081
Contas a receber	50.485.524	50.771.631

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.46.4 Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

	Consolidado	
	2016	2015
A vencer	37.868.782	35.937.592
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	5.847.582	6.395.730
De 31 a 90 dias	1.365.464	1.998.083
De 91 a 180 dias	618.140	663.768
De 181 a 360 dias	819.350	2.497.554
Acima de 360 dias	3.966.206	3.278.904
	50.485.524	50.771.631

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

- Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

- Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo.

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a.46.5 Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários - Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

a.46.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.46.7 Análise de sensibilidade

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

a.46.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

a.47) Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 37.177.201, com base na característica dos bens. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia..

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas neste Formulário em seu item 10.4.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Administradores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos são adequados e que sejam capazes de assegurar a confiabilidade na elaboração das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas.

O relatório do Auditor Independente, sobre as Demonstrações Financeiras, não apontou deficiências ou recomendações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável ao Emissor.

10.8 - Plano de Negócios

Não se aplica ao Emissor.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não se aplica ao Emissor.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável ao Emissor.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável ao Emissor.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrição da Estrutura Administrativa

- DA ADMINISTRAÇÃO -

- A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva;
- O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e no máximo, por até 9 (nove) membros, efetivos e respectivos suplentes, todos Acionistas, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária;
- A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 3 (três) Diretores sem designação especial, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. É obrigatório o provimento do cargo de Diretor Presidente;
- Os Administradores serão eleitos pelo prazo de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos e permanecerão em seus cargos até serem regularmente substituídos.

- DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO -

O Conselho de Administração deliberará com um quorum mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus membros, exceto no caso de eleição e destituição do Diretor Presidente e das matérias consignadas nos itens VI, VII, VIII e XIII do Artigo 25º deste Estatuto, quando será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.

Em caso de empate, o Presidente do Conselho, além de seu voto, terá o voto de desempate.

- O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração. Para eleição do Presidente e do Vice-presidente serão necessários os votos da maioria absoluta dos Conselheiros presentes. Não havendo quorum conforme disposto no Artigo 21º deste Estatuto, se fará nova reunião do Conselho no 10º (décimo) dia útil seguinte, independentemente de convocação. Persistindo a falta de quorum, será convocada Assembléia Geral dos Acionistas.

- O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas por escrito mediante carta, mensagem eletrônica ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo a convocação especificar claramente as matérias que constarão da ordem do dia.

A reunião do Conselho de Administração será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nessa ordem obrigatoriamente.

- Qualquer matéria de competência do Conselho de Administração será considerada aprovada desde que tenha obtido o voto da maioria dos Conselheiros presentes, exceção feita quando da eleição ou destituição do Diretor Presidente, para o que será necessária a aprovação de no mínimo dois terços dos conselheiros presentes.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar através de procuração, nas Reuniões do Conselho de Administração.

- Em caso de renúncia, afastamento necessário ou morte de qualquer membro do Conselho de Administração, as substituições serão sempre efetuadas pelo respectivo suplente, se houver. Não havendo suplente para proceder a substituição, a eleição será realizada pela Assembléia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu causa à substituição. Se a eleição do Conselho de Administração se verificou através da adoção do processo de voto múltiplo, proceder-se-á a eleição de todo o Conselho;

- Em razão do que dispõe o parágrafo segundo anterior, o suplente de um Conselheiro não poderá servir de suplente de outro, pelo que, quando da eleição a designação de suplente deverá estar perfeitamente configurada junto com o Conselheiro efetivo;

- Em qualquer caso de substituição, o substituto completará o prazo de gestão do substituído.

- Compete ao Conselho de Administração, observado o quorum de aprovação definido no Artigo 21º:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

II - eleger, destituir, aceitar renúncias, substituir e fixar as atribuições dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas subsidiárias integrais, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração a qualquer tempo, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais;

IV - convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei, observado o disposto no artigo 14º deste Estatuto Social;

V - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

VI - autorizar a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a:

a) contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de longo prazo, acima de 365 dias, que individualmente ultrapassem o valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

b) realizar investimentos em valores que, individualmente, ultrapassem a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

c) alienar bens do Ativo Permanente, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

d) prestação de garantias em favor de terceiros, no interesse da Companhia, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas.

VII - autorizar, previamente, a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de curto prazo, até 365 dias, quando, na data da assinatura de tais contratos, o nível de endividamento financeiro da Companhia a curto e a longo prazo, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante do patrimônio líquido constante do balancete da Companhia no trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

VIII - escolher e destituir Auditores Independentes da Companhia e das subsidiárias integrais, se for o caso;

IX - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo perfeito funcionamento da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

X - aprovar a estrutura organizacional da Companhia e de suas subsidiárias integrais, estabelecendo os respectivos organogramas de funcionamento;

XI - autorizar a aquisição das próprias ações para efeito de permanência em tesouraria, e posterior alienação, nos casos previstos em lei;

XII - aprovar as demonstrações financeiras das subsidiárias integrais e ou coligadas, bem como eleger, destituir, aceitar renúncias de seus administradores, fixando-lhes as respectivas remunerações;

XIII - aprovar aumentos de capital social dentro do limite autorizado, fixando inclusive o preço de emissão das ações e demais condições do aumento;

IX - aprovar "ad referendum" da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, podendo estes serem imputados aos dividendos, obedecidas as determinações legais e estatutárias.

- DA DIRETORIA -

- A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realizar todas as operações que se relacionem com o objeto da Companhia, observadas as atribuições que o Conselho de Administração tenha estabelecido em relação a cada um dos Diretores, e que não forem de competência privativa da Assembléia Geral, ou que dependam de autorização do Conselho de Administração;

- A Diretoria se reunirá sempre que for convocada pelo Diretor Presidente, ou na sua ausência, pelo seu substituto, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, o Presidente, além do seu, terá o voto de desempate. Os votos dissidentes constarão em ata e serão levados ao conhecimento do Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- As deliberações constarão do livro de atas de reuniões da Diretoria;
- No caso de ausência, impedimento temporário ou vacância de cargo de Diretor desde que mantido o número mínimo previsto no Artigo 19º, o substituto será escolhido pelo Conselho de Administração, dentre os Diretores remanescentes. Se a vacância resultar na diminuição do número mínimo previsto, o Conselho promoverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento, a eleição do substituto, que completará a gestão do substituído.

Compete:

- I - Ao Diretor Presidente:

- a) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, receber citação inicial, transigir em ações judiciais e praticar atos no interesse da Companhia;
- b) servir de elo de ligação entre os membros da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, inclusive no recebimento e encaminhamento de documentos e correspondências de interesse da Companhia;
- c) controlar o desempenho de todas as áreas da Companhia;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- e) substituir o Diretor de Relações com Investidores nas suas ausências e impedimentos;

- II - Aos Diretores sem Designação Especial:

Compete aos Diretores sem designação especial, as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração;

- As funções inerentes a Diretor de Relações com Investidores serão atribuídas pelo Conselho de Administração a um Diretor, cabendo-lhe a representação da Companhia perante o Mercado de Valores Mobiliários, Bolsa de Valores e Comissão de Valores Mobiliários.

- A Diretoria poderá delegar formalmente a gerentes e funcionários da Companhia poderes para assumir obrigações ativas e passivas, desde que os limites de tais delegações sejam claramente definidos.

- Qualquer Diretor poderá, praticar individualmente atos de rotina perante instituições públicas e privadas.

- DO CONSELHO FISCAL -

- A Companhia terá um Conselho Fiscal, que somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de Acionistas que representem no mínimo 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. Os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes serão eleitos pela Assembléia Geral em que for formulado o pedido de funcionamento e a sua remuneração será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, nunca inferior à prevista em lei, aplicando-se com relação às investidas, o que dispõe o artigo 149, parágrafo único da Lei nº 6.404/76 e legislação posterior.

- O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas em Lei e será composto de 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, Acionistas ou não, residentes no país, cujos mandatos iniciar-se-ão na Assembléia em que forem eleitos e terminarão na primeira Assembléia Geral Ordinária, após sua instalação. Na primeira reunião do Conselho Fiscal que ocorrer após sua

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

instalação, os membros escolherão, entre si, o Presidente do Conselho Fiscal, o que se fará por maioria simples dos votos dos presentes;

- Em caso de impedimento, ausência ou vacância de cargo, o suplente substituirá o seu respectivo efetivo, automaticamente;

- O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por trimestre;

- As reuniões serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis sob protocolo e por escrito pelo Presidente do Conselho Fiscal. As reuniões poderão ser convocadas por qualquer dos Conselheiros, caso o Presidente do Conselho Fiscal não convocar a reunião ordinária ou retardar por mais de 15 (quinze) dias úteis a convocação da reunião extraordinária solicitada por qualquer dos Conselheiros;

- As reuniões serão instaladas com a presença de no mínimo 3 (três) de seus membros efetivos, deliberando por maioria de votos;

- Das reuniões serão lavradas as respectivas atas e lançadas no livro de reuniões do Conselho Fiscal, encaminhando-se cópias das mesmas ao Conselho de Administração.

Não existem quaisquer tipos de mecanismos de avaliação de desempenho dos órgãos mencionados acima.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, Políticas e Práticas Relativas à Assembléias Gerais

- ASSEMBLÉIAS GERAIS –

Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembléia Geral Ordinária para:

- tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
 - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
 - eleger os Administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
 - aprovar a correção de expressão monetária do capital social.
- A convocação da Assembléia Geral, far-se-á mediante anúncios publicados pela imprensa, na forma da lei, e deles deverá constar, além de local, data e hora da Assembléia, a ordem do dia, e quando da reforma do Estatuto, a indicação da matéria.
- A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nesta ordem, obrigatoriamente.
- A Assembléia Geral pode ainda ser convocada pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, nas exceções legais previstas.
- A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência por outro Conselheiro, por ele indicado. Não havendo indicação, assumirá a Presidência o Vice-Presidente do Conselho, ou na sua falta, por quem for escolhido substituto pelos Acionistas presentes, cabendo-lhes convidar 1 (um) ou mais Secretários.
- Observar-se-á quando da instalação da Assembléia Geral a ordem dos trabalhos e o quorum para as deliberações estabelecidas para o exame, discussão e aprovação das matérias previstas no edital de convocação.
- As pessoas presentes à Assembléia Geral deverão provar sua qualidade de Acionistas ou de Representantes, na forma prevista em Lei.
- Depende da aprovação de Acionistas, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social votante, deliberação em Assembléia Geral Extraordinária sobre as seguintes matérias:
- em aumento de capital social não decorrente da correção da sua expressão monetária;
 - criação de partes beneficiárias, emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações;
 - mudança do objeto da Companhia;
 - incorporação da Companhia com outras, sua fusão ou cisão;
 - dissolução da Companhia ou cessação do estado de liquidação;
 - participação em grupos de Sociedades.
- A remuneração dos Administradores será fixada por Assembléia Geral;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- Os Administradores além da remuneração a ser estabelecida anualmente pela Assembléia Geral, farão jus a uma participação de até 10% (dez por cento) dos lucros da Companhia, observadas as condições previstas em Lei;
- A verba para honorários, assim como a percentagem fixada para a participação nos lucros do exercício social, serão globais, ficando a sua distribuição entre Conselheiros e Diretores, a critério do Conselho de Administração, pela decisão da maioria de seus membros.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO –

O Conselho de Administração deliberará com um quorum mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus membros, exceto no caso de eleição e destituição do Diretor Presidente e das matérias consignadas nos itens VI, VII, VIII e XIII do Artigo 25º deste Estatuto, quando será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.

Em caso de empate, o Presidente do Conselho, além de seu voto, terá o voto de desempate.

O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração. Para eleição do Presidente e do Vice-presidente serão necessários os votos da maioria absoluta dos Conselheiros presentes. Não havendo quorum conforme disposto no Artigo 21º deste Estatuto, se fará nova reunião do Conselho no 10º (décimo) dia útil seguinte, independentemente de convocação. Persistindo a falta de quorum, será convocada Assembléia Geral dos Acionistas.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas por escrito mediante carta, mensagem eletrônica ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo a convocação especificar claramente as matérias que constarão da ordem do dia.

A reunião do Conselho de Administração será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nessa ordem obrigatoriamente.

Qualquer matéria de competência do Conselho de Administração será considerada aprovada desde que tenha obtido o voto da maioria dos Conselheiros presentes, exceção feita quando da eleição ou destituição do Diretor Presidente, para o que será necessária a aprovação de no mínimo dois terços dos conselheiros presentes.

Cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar através de procuração, nas Reuniões do Conselho de Administração.

Em caso de renúncia, afastamento necessário ou morte de qualquer membro do Conselho de Administração, as substituições serão sempre efetuadas pelo respectivo suplente, se houver. Não havendo suplente para proceder a substituição, a eleição será realizada pela Assembléia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu causa à substituição. Se a eleição do Conselho de Administração se verificou através da adoção do processo de voto múltiplo, proceder-

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

se-á a eleição de todo o Conselho;

Em razão do que dispõe o parágrafo segundo anterior, o suplente de um Conselheiro não poderá servir de suplente de outro, pelo que, quando da eleição a designação de suplente deverá estar perfeitamente configurada junto com o Conselheiro efetivo;

Em qualquer caso de substituição, o substituto completará o prazo de gestão do substituído.

Compete ao Conselho de Administração, observado o quorum de aprovação definido no Artigo 21º:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias integrais;
- eleger, destituir, aceitar renúncias, substituir e fixar as atribuições dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais;
- fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas subsidiárias integrais, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração a qualquer tempo, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais;
- convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei, observado o disposto no artigo 14º deste Estatuto Social;
- manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- autorizar, previamente, a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de curto prazo, até 365 dias, quando, na data da assinatura de tais contratos, o nível de endividamento financeiro da Companhia a curto e a longo prazo, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante do patrimônio líquido constante do balancete da Companhia no trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;
- escolher e destituir Auditores Independentes da Companhia e das subsidiárias integrais, se for o caso;
- cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo perfeito funcionamento da Companhia e de suas subsidiárias integrais;
- aprovar a estrutura organizacional da Companhia e de suas subsidiárias integrais, estabelecendo os respectivos organogramas de funcionamento;
- autorizar a aquisição das próprias ações para efeito de permanência em tesouraria, e posterior alienação, nos casos previstos em lei;

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- aprovar as demonstrações financeiras das subsidiárias integrais e ou coligadas, bem como eleger, destituir, aceitar renúncias de seus administradores, fixando-lhes as respectivas remunerações;
- aprovar aumentos de capital social dentro do limite autorizado, fixando inclusive o preço de emissão das ações e demais condições do aumento;
- aprovar “ad referendum” da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, podendo estes serem imputados aos dividendos, obedecidas as determinações legais e estatutárias.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

- DA ADMINISTRAÇÃO -

- O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e no máximo, por até 9 (nove) membros, efetivos e respectivos suplentes, todos Acionistas, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária;
- Os Administradores serão eleitos pelo prazo de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos e permanecerão em seus cargos até serem regularmente substituídos.
- A remuneração dos Administradores será fixada por Assembléia Geral;
 - Os Administradores além da remuneração a ser estabelecida anualmente pela Assembléia Geral, farão jus a uma participação de até 10% (dez por cento) dos lucros da Companhia, observadas as condições previstas em Lei;
 - A verba para honorários, assim como a percentagem fixada para a participação nos lucros do exercício social, serão globais, ficando a sua distribuição entre Conselheiros e Diretores, a critério do Conselho de Administração, pela decisão da maioria de seus membros.
- O Conselho de Administração deliberará com um quorum mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus membros, exceto no caso de eleição e destituição do Diretor Presidente e das matérias consignadas nos itens VI, VII, VIII e XIII do Artigo 25º deste Estatuto, quando será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.
- Em caso de empate, o Presidente do Conselho, além de seu voto, terá o voto de desempate.
- O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração. Para eleição do Presidente e do Vice-presidente serão necessários os votos da maioria absoluta dos Conselheiros presentes. Não havendo quorum conforme disposto no Artigo 21º deste Estatuto, se fará nova reunião do Conselho no 10º (décimo) dia útil seguinte, independentemente de convocação. Persistindo a falta de quorum, será convocada Assembléia Geral dos Acionistas.
- O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas por escrito mediante carta, mensagem eletrônica ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo a convocação especificar claramente as matérias que constarão da ordem do dia.
- A reunião do Conselho de Administração será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nessa ordem obrigatoriamente.
- Qualquer matéria de competência do Conselho de Administração será considerada aprovada desde que tenha obtido o voto da maioria dos Conselheiros presentes, exceção feita quando da eleição ou destituição do Diretor Presidente, para o que será necessária a aprovação de no mínimo dois terços dos conselheiros presentes.
- Cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar através de procuração, nas Reuniões do Conselho de Administração.
- Em caso de renúncia, afastamento necessário ou morte de qualquer membro do Conselho de Administração, as substituições serão sempre efetuadas pelo respectivo suplente, se houver.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não havendo suplente para proceder a substituição, a eleição será realizada pela Assembléia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu causa à substituição. Se a eleição do Conselho de Administração se verificou através da adoção do processo de voto múltiplo, proceder-se-á a eleição de todo o Conselho;

- Em razão do que dispõe o parágrafo segundo anterior, o suplente de um Conselheiro não poderá servir de suplente de outro, pelo que, quando da eleição a designação de suplente deverá estar perfeitamente configurada junto com o Conselheiro efetivo;

- Em qualquer caso de substituição, o substituto completará o prazo de gestão do substituído.

- Compete ao Conselho de Administração, observado o quorum de aprovação definido no Artigo 21º:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

II - eleger, destituir, aceitar renúncias, substituir e fixar as atribuições dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas subsidiárias integrais, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração a qualquer tempo, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais;

IV - convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei, observado o disposto no artigo 14º deste Estatuto Social;

V - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

VI - autorizar a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a:

a) contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de longo prazo, acima de 365 dias, que individualmente ultrapassem o valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

b) realizar investimentos em valores que, individualmente, ultrapassem a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

c) alienar bens do Ativo Permanente, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

d) prestação de garantias em favor de terceiros, no interesse da Companhia, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas.

VII - autorizar, previamente, a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de curto

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

prazo, até 365 dias, quando, na data da assinatura de tais contratos, o nível de endividamento financeiro da Companhia a curto e a longo prazo, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante do patrimônio líquido constante do balancete da Companhia no trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

VIII - escolher e destituir Auditores Independentes da Companhia e das subsidiárias integrais, se for o caso;

IX - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo perfeito funcionamento da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

X - aprovar a estrutura organizacional da Companhia e de suas subsidiárias integrais, estabelecendo os respectivos organogramas de funcionamento;

XI - autorizar a aquisição das próprias ações para efeito de permanência em tesouraria, e posterior alienação, nos casos previstos em lei;

XII - aprovar as demonstrações financeiras das subsidiárias integrais e ou coligadas, bem como eleger, destituir, aceitar renúncias de seus administradores, fixando-lhes as respectivas remunerações;

XIII - aprovar aumentos de capital social dentro do limite autorizado, fixando inclusive o preço de emissão das ações e demais condições do aumento;

IX - aprovar “ad referendum” da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, podendo estes serem imputados aos dividendos, obedecidas as determinações legais e estatutárias.

Não há acordo de acionistas.

Não há regras explícitas sobre identificação e administração de conflitos de interesses, uma vez que não há condições que possam vir a gerar tais conflitos entre os membros do Conselho de Administração. É relevante observar que o interesse de todos os membros do Conselho é o de buscar o melhor resultado para o Emissor, sempre sob as perspectivas de curto, médio e longo prazos.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Amin Omar Massud	22/01/1940	Pertence apenas à Diretoria	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	20
028.008.028-04	Engenheiro	19 - Outros Diretores	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica		Não se aplica			
Antônio João Direne	02/08/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	26
029.698.317-91	Engenheiro Elétrico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Antonio Carneiro Barbosa de Souza	22/01/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	4
010.414.087-90	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Richard Passagli de Miranda Borges	11/09/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	16
003.029.997-79	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Leonardo de Aquino Leite	28/04/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	10
012.291.917-39	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Norma Suely de Souza	17/04/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	11
358.311.707-72	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Diego Paulo Fava Jacobsen	02/09/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	11
041.177.619-35	Cirurgião Dentista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Não	0.00%
Não se aplica					
Alessandra Casagrande Angelo	05/12/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	3

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
806.933.939-04	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017	Não	0.00%
Não se aplica					
Patricia Bitelli Scholl Bocaiúva	23/04/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	18
926.318.787-87	Administradora de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
João Casagrande Angelo	28/01/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	3
004.980.969-55	Engenheiro Mecânico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Não	0.00%
Não se aplica					
Edvaldo Casagrande Angelo Junior	29/03/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	3
004.980.989-07	Engenheiro Mecânico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Não	0.00%
Não se aplica					
Adriana Short Soares dos Santos	30/10/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	12
006.674.427-07	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Flavio Snell	16/11/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	28
024.614.558-72	Engenheiro Mecânico de Produção	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Marcelo Massud	14/02/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	26
111.575.628-17	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Márcia Valéria dos Santos Rosa	11/04/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	28
746.891.187-87	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Mário Luis Marques	01/08/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	16
567.391.178-53	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Ricardo Teixeira Mendes	28/05/1939	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	28
008.127.228-68	Engenheiro Metalurgista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Edvaldo Angelo	27/12/1947	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	29
154.761.039-53	Engenheiro Mecânico	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	27/04/2017	Não	0.00%
Diretor Presidente que acumula as áreas de vendas, tecnologia e recursos humanos. Diretor Superintendente da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.					
WILSON HARRISON JACOBSEN	06/03/1950	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	16
180.443.019-68	Advogado	35 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest.	27/04/2017	Não	0.00%
Não se aplica					
Marcos de Lima Bocaiuva	20/05/1962	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	1
818.960.427-91	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica.					
Vinício Pedro Cemin	31/07/1950	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	26
076.486.509-91	Economista e Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2017	Não	0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não se aplica.					
Werner Kraus	27/01/1937	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	16
003.762.729-53	Corretor de Seguros	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica.					
Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama	10/07/1952	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	14
970.754.189-04	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica.					
Ditmar Kurtz	06/08/1948	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	16
006.188.109-00	Engenheiro Agrônomo	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica.					
Sergio Alberto Moser	07/04/1969	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	8
692.989.049-91	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2017	Não	0.00%
Não se aplica					
Leopoldo Francisco Raimo	16/01/1944	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	3
049.384.888-68	Engenheiro Mecânico de Produção	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					
Alexandre de Macedo Marques Filho	06/05/1972	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	3
024.440.317-17	Economista	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	27/04/2017	Não	0.00%
Não se aplica					
Riccardo Ferruccio Gobbo	05/10/1962	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	2
021.625.708-58	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Ramiro Heise	09/02/1947	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano - até a realização da próxima AGO	16
003.868.989-87	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não se aplica					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Amin Omar Massud - 028.008.028-04

Diretor sem designação com atribuições nas áreas de produção, planejamento e suprimento da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - período 1998 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Antônio João Direne - 029.698.317-91

Diretor da Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Antonio Carneiro Barbosa de Souza - 010.414.087-90

Elite CCVM Ltda - período: 2000 até a presente data. Responsável pela administração e controle de carteiras administrativas, clubes e fundos de investimento.

CPF Factoring - período: 1996 à 2000. Gerente, atuou no controle e gerenciamento de crédito de clientes de pequeno e médio porte.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Richard Passagli de Miranda Borges - 003.029.997-79

Advogado com atuação na área cível, fiscal, administrativa e criminal, atuando nos últimos nove anos nas empresas Elite CCVM Ltda, Ultragas S.A., GLJ Hotéis Ltda, Treu S.A., Elite Assessoria e Consultoria Ltda, Massa Falida da Indacol EPI Ltda, Facs Negócios e Serviços Ltda, Flanel Administração e Participações Ltda..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Leonardo de Aquino Leite - 012.291.917-39

Diretor de Operações da Elite

CCVM Ltda - período: 2008 até a presente data.

Gerente Operacional da empresa Indacol EPI Ltda - período: 1993 à 1997.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Norma Suely de Souza - 358.311.707-72

Advogada atuando desde 1985 nas empresas Elite CCVM Ltda, GLJ Hotéis Ltda, Facs Negócios e Serviços Ltda e Partbank S.A..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Diego Paulo Fava Jacobsen - 041.177.619-35

Graduado em Odontologia e Especialista em Radiologia e Imaginologia Odontológica pela Universidade Federal do Estado de Santa Catarina.

Sócio da Cendro Documentação e Radiologia Craniofacial.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Alessandra Casagrande Angelo - 806.933.939-04

Sócia Administradora da empresa Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda - período: 1998 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Patricia Bitelli Scholl Bocaiúva - 926.318.787-87

Analista do departamento técnico da Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas - período: 1996 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

João Casagrande Angelo - 004.980.969-55

Sócio Administrador da empresa Engetubos Industrial de Tubos Ltda - período: 2004 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Edvaldo Casagrande Angelo Junior - 004.980.989-07

Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. - Engenheiro de equipamentos plano. Função: coordenador do escritório de projetos.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Adriana Short Soares dos Santos - 006.674.427-07

Banco Liberal S.A. - Assessora do Superintendente Financeiro no que tange ao controle de gestão de recursos de tesouraria - período: 1991 à 1994.

Banco Nacional S.A. - Atuou na área de cobrança de créditos, fazendo o acompanhamento de processos junto a escritórios terceirizados - período: 1994 à 1995.

Cleversos Advogados Associados - Atuou na esfera do Direito Comercial, principalmente em cobranças - período: 1995 à 1996.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Flavio Snell - 024.614.558-72

Diretor Presidente da Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas.

Presidente do Conselho de Administração da METISA Metalúrgica Timboense S.A.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Marcelo Massud - 111.575.628-17

GLJ Hotéis Ltda - Assessor da Diretoria desde 1994. A empresa possui e explora hotel com instalações na Ilha de Itacuruçá, no litoral do Rio de Janeiro.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Márcia Valéria dos Santos Rosa - 746.891.187-87

Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas. Gerente do departamento técnico - período: 1990 à 2004.

Elite CCVM Ltda - Consultora para assuntos relacionados ao mercado de capitais - período: 2004 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Mário Luis Marques - 567.391.178-53

Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração. Atividade da empresa: criação de gado bovino para corte.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Ricardo Teixeira Mendes - 008.127.228-68

Diretor Vice-Presidente da Partbak S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas.

Entre os diversos serviços de consultoria prestados nos últimos anos: destacam-se: Metal Data II Geologia e Miberação Ltda, Metal Data S.A., Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos - SICETEL, Associação Brasileira de Fundação - ABIFA, METISA Metalúrgica Timboense S.A..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Edvaldo Angelo - 154.761.039-53

Diretor Presidente da METISA Metalúrgica Timboense - período: abril/1989 até a presente data.

Vice Presidente do Conselho de Administração da METISA Metalúrgica Timboense S.A..

Conselheiro da Mueller Eletrodomésticos S.A., empresa fabricante de máquinas de lavar roupa, fogões e motores elétricos - período: 2005 à abril/2014.

Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Timbó - SIMMET.

Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

WILSON HARRISON JACOBSEN - 180.443.019-68

Diretor de Relações com Investidores da METISA Metalúrgica Timboense S.A..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Marcos de Lima Bocaiuva - 818.960.427-91

Trabalhou por mais de 20 anos na área financeira de grandes empresas. Atualmente é consultor financeiro de empresas.

Não sofreu qualquer condenação criminal;

Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Vinício Pedro Cemin - 076.486.509-91

ESCOPEL Contabilidade Ltda.

RABER Indústria e Comércio de Polímeros Ltda.

CEMIN Consultoria e Projetos Econômicos Ltda.

ENERMECO Ltda. - exerceu cargo de administrador, diretor, procurador e em determinadas situações, como responsável técnico profissional.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Werner Kraus - 003.762.729-53

WK Corretora de Seguros Ltda - Sócio

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama - 970.754.189-04

Escritório de advocacia próprio, especialista em direito empresarial e mestre em saúde e meio-ambiente.

Professor do curso de graduação e pós-graduação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILE.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Ditmar Kurtz - 006.188.109-00

Engenheiro agrônomo da EPAGRI - período: 1966 à 1999.

Atualmente aposentado.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Sergio Alberto Moser - 692.989.049-91

Escritório de advocacia próprio, especialista na área notarial e registral.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Leopoldo Francisco Raimo - 049.384.888-68

Consultor da empresa GTS Brasil Consultores Associados - período: 2010 até a presente data.

Sócio Diretor da empresa FGT Representação e Consultoria em Informática - período: 1986 à 2010.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Alexandre de Macedo Marques Filho - 024.440.317-17

Elite CCVM Ltda. - analista de investimentos, responsável pelo departamento técnico na filial de São Paulo - período: 2007 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Riccardo Ferruccio Gobbo - 021.625.708-58

FIRPAVI Construtora e Pavimentadora S.A. - Diretor Industrial no período de 1994 à 2001;
Incorporação e Construção de Condomínios Residenciais no período de 2002 até a presente data;

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
 - Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
 - Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;
-

Ramiro Heise - 003.868.989-87

Heise & Dobner Advogados Associados - Sócio

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Marcelo Massud Membro Efetivo do Conselho de Administração	111.575.628-17	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Pessoa relacionada

Flavio Snell Presidente do Conselho de Administração	024.614.558-72	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Observação

O Conselheiro Marcelo Massud é sobrinho do Presidente do Conselho de Administração, Flavio Snell.

Administrador do emissor ou controlada

Alessandra Casagrande Angelo Membro Efetivo do Conselho de Administração	806.933.939-04	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Pessoa relacionada

Edvaldo Angelo Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	154.761.039-53	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2016			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edvaldo Angelo Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	154.761.039-53	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Metisa Florestal e Energética S.A. Diretor	75.775.676/0001-56		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON HARRISON JACOBSEN Diretor de Relações com Investidores e Membro Efetivo do Conselho de Administração	180.443.019-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Metisa Florestal e Energética S.A. Diretor Superintendente	75.775.676/0001-56		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Flavio Snell Presidente do Conselho de Administração	024.614.558-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Partbank S.A. Diretor Presidente	29.557.386/0001-19		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Partbank S.A. Diretor Vice-Presidente	29.557.386/0001-19		
Observação			

Administrador do Emissor Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Ricardo Teixeira Mendes	008.127.228-68		
Presta serviços de assessoria à Diretoria do Emissor na análise de novos negócios, análise de cunho mercadológico sobre produtos de interesse do Emissor, coordenação de estudos de apoio dos interesses da Companhia junto ao Governo e suas esferas administrativas e coordenação de processos técnico-administrativos a serem apresentados à órgãos oficiais.			
Observação			

Administrador do Emissor Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Ricardo Teixeira Mendes	008.127.228-68		
Presta serviços de assessoria à Diretoria do Emissor na análise de novos negócios, análise de cunho mercadológico sobre produtos de interesse do Emissor, coordenação de estudos de apoio dos interesses da Companhia junto ao Governo e suas esferas administrativas e coordenação de processos técnico-administrativos a serem apresentados à órgãos oficiais.			
Observação			

Administrador do Emissor Márcia Valéria dos Santos Rosa Membro Efetivo do Conselho de Administração	746.891.187-87	Prestação de serviço	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Partbank S.A.
Gerente do Departamento Técnico

29.557.386/0001-19

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Mário Luis Marques
Membro Efetivo do Conselho de Administração

567.391.178-53

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio
Diretor

01.456.243/0001-00

Observação**Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor

Edvaldo Angelo
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

154.761.039-53

Prestação de serviço

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Metisa Florestal e Energética S.A.
Diretor

75.775.676/0001-56

ObservaçãoAdministrador do Emissor

WILSON HARRISON JACOBSEN
Diretor de Relações com Investidores e Membro Efetivo do Conselho de Administração

180.443.019-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Metisa Florestal e Energética S.A. Diretor Superintendente	75.775.676/0001-56		
---	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Flavio Snell Presidente do Conselho de Administração	024.614.558-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
---	----------------	----------------------	--------------------

Pessoa Relacionada

Partbank S.A. Diretor Presidente	29.557.386/0001-19		
-------------------------------------	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
--	----------------	----------------------	--------------------

Pessoa Relacionada

Partbank S.A. Diretor Vice-Presidente	29.557.386/0001-19		
--	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
--	----------------	----------------------	--------------------

Pessoa Relacionada

Ricardo Teixeira Mendes	008.127.228-68		
-------------------------	----------------	--	--

Presta serviços de assessoria à Diretoria do Emissor na análise de novos negócios, análise de cunho mercadológico sobre produtos de interesse do Emissor, coordenação de estudos de apoio dos interesses da Companhia junto ao Governo em suas esferas administrativas e coordenação de processos técnico-administrativos a serem apresentados à órgãos oficiais.

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Márcia Valéria dos Santos Rosa
Membro Efetivo do Conselho de Administração

746.891.187-87

Prestação de serviço

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Partbank S.A.
Gerente do Departamento Técnico

29.557.386/0001-19

Observação**Administrador do Emissor**

Mário Luis Marques
Membro Efetivo do Conselho de Administração

567.391.178-53

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio
Diretor

01.456.243/0001-00

Observação**Exercício Social 31/12/2014****Administrador do Emissor**

Edvaldo Angelo
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

154.761.039-53

Prestação de serviço

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Metisa Florestal e Energética S.A.
Diretor

75.775.676/0001-56

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON HARRISON JACOBSEN Diretor de Relações com Investidores e Membro Efetivo do Conselho de Administração	180.443.019-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Metisa Florestal e Energética S.A. Diretor Superintendente	75.775.676/0001-56		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Flavio Snell Presidente do Conselho de Administração	024.614.558-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Partbank S.A. Diretor Presidente	29.557.386/0001-19		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Partbank S.A. Diretor Vice-Presidente	29.557.386/0001-19		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ricardo Teixeira Mendes Presta serviços de assessoria à Diretoria do Emissor na análise de novos negócios, análise de cunho mercadológico sobre produtos de interesse do Emissor, coordenação de estudos de apoio dos interesses da Companhia junto ao Governo em suas esferas administrativas e coordenação de processos técnico-administrativos a serem apresentados à órgãos oficiais.	008.127.228-68		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Márcia Valéria dos Santos Rosa Membro Efetivo do Conselho de Administração	746.891.187-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Partbank S.A. Gerente do Departamento Técnico	29.557.386/0001-19		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mário Luis Marques Membro Efetivo do Conselho de Administração	567.391.178-53	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio Diretor	01.456.243/0001-00		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Mello Membro Efetivo do Conselho Fiscal	449.336.818-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio	01.456.243/0001-00		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Presta Serviço de Consultoria

Observação

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não se aplica ao Emissor.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Não se aplica.

12.13 - Outras informações relevantes

As Assembléias realizadas nos últimos 3 anos foram instaladas em primeira convocação com o seguinte quórum:

AGO	27.04.2017	99,61% ordinárias	63,75% preferenciais
AGO	28.04.2016	99,63% ordinárias	60,97% preferenciais
AGO/E	28.04.2015	99,38% ordinárias	30,90% preferenciais

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A prática da Companhia objetiva oferecer a seus Administradores uma remuneração equivalente a praticada no mercado, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado a suas funções, e sua competência e reputação profissional.

a) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários fixos dentro do limite máximo, definido pela Assembléia Geral Ordinária que no caso do emissor está proposto, em no máximo até 2,5% da Receita Bruta Operacional, aprovados anualmente, e posteriormente, fixados individualmente, pelo Conselho de Administração a cada membro; remuneração variável - participação nos lucros, dependendo do resultado do exercício, limitado, segundo o Estatuto Social da Companhia e conforme o Artigo 152º da Lei Nº 6.404/1976, a 10% do Lucro Líquido.

A Companhia, em decorrência destes critérios de remuneração, objetiva a retribuição pelos serviços prestados levando em consideração as responsabilidades do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado e o reconhecimento pelos resultados atingidos.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2014 (%)</u>	<u>2015 (%)</u>	<u>2016 (%)</u>
Honorários	67,2	68,1	73,9
Participação nos Lucros	32,8	31,9	26,1

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários individuais são definidos anualmente pelo Conselho de Administração e são baseados em práticas de mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia para seus Administradores, conforme já assinalado, é baseada em práticas de mercado e em consonância com os objetivos da Companhia.

b) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O indicador de desempenho levado em consideração na determinação da remuneração variável dos Administradores é o Lucro Líquido do exercício.

c) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos Administradores é dividida entre uma parte fixa, correspondente ao Pro Labore e uma parcela variável proporcional ao Lucro Líquido obtido. A maior ou menor participação da remuneração variável, observado o limite legal, reflete o indicador de desempenho da Administração do emissor – o Lucro Líquido, objetivo final de uma sociedade de caráter empresarial.

d) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia leva em consideração, conforme já mencionado, as responsabilidades de cada Administrador, o tempo dedicado a suas funções, sua competência e reputação profissional, remuneração de seus serviços no mercado e os interesses dos Acionistas do emissor.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**e) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras diretos ou indiretos**

Uma subsidiária integral da Companhia remunera a título de honorários fixos, 2 (dois) Diretores do emissor. Os valores da remuneração representaram no exercício de 2016 um total de R\$ 71.344,00.

f) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável ao Emissor.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.997.500,00	2.282.300,00	353.000,00	5.632.800,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	599.500,00	456.460,00	70.600,00	1.126.560,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	734.444,75	691.661,57	0,00	1.426.106,32
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	146.888,95	138.332,31	0,00	285.221,26
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.478.333,70	3.568.753,88	423.600,00	8.470.687,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.997.500,00	2.282.300,00	353.000,00	5.632.800,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	599.500,00	456.460,00	70.600,00	1.126.560,00

Descrição de outras remunerações fixas	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	960.201,62	904.267,53	0,00	1.864.469,15
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	192.040,32	180.853,51	0,00	372.893,83
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.749.241,94	3.823.881,04	423.600,00	8.996.722,98

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.581.000,00	2.135.000,00	329.000,00	5.045.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	516.200,00	427.000,00	65.800,00	1.009.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.138.000,00	1.072.000,00	0,00	2.210.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	228.000,00	214.000,00	0,00	442.000,00

Descrição de outras remunerações variáveis	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.463.200,00	3.848.000,00	394.800,00	8.706.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A remuneração variável se constitui unicamente em 10% do lucro líquido, excluído o resultado da equivalência patrimonial e a própria participação dos administradores. Desse procedimento decorre que: (i) não há bônus; (ii) não há uma participação de resultado mínima e nem máxima; (iii) não há um valor determinado previsto no plano de remuneração. Conhecido o resultado do exercício, a participação dos administradores é calculada e distribuída entre Diretores e membros do Conselho de Administração pelo Conselho de Administração.

A remuneração variável paga nos últimos 3 anos é a seguinte:

ÓRGÃO	2017 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	734	692	(1)	1.426
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	734	692	-	1.426

ÓRGÃO	2016 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	960	904	(1)	1.864
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	960	904	-	1.864

ÓRGÃO	2015 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	1.138	1.072	(1)	2.210
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.138	1.072	-	2.210

Observações:

1) os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não se aplica, pois o Emissor não tem plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica ao Emissor.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica, pois não há outorga de opções de compra aos Administradores.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, pois não há remuneração dos Administradores mediante cessão de ações e/ou outorga de opções de compra.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica ao Emissor.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A quantidade de ações detidas por membros da administração e conselho fiscal, em 27 de abril de 2017 é a seguinte:

Órgão	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho de Administração	4.184.892	1.601.942	5.786.834
Diretoria (1)	659	12.699	13.358
Conselho Fiscal	001	000	001
Total	4.185.552	1.614.641	5.800.193

⁽¹⁾ As ações de propriedade direta e indireta dos diretores que também são membros do Conselho de Administração foi contada no órgão Conselho de Administração.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não se aplica ao Emissor.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	9,00	9,00	9,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00	9,00	9,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.394.000,00	1.402.000,00	1.451.000,00	1.855.000,00	1.743.000,00	1.881.000,00	71.000,00	66.000,00	60.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	730.000,00	724.000,00	764.000,00	213.000,00	196.000,00	206.000,00	71.000,00	66.000,00	60.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.062.000,00	1.069.000,00	1.116.000,00	439.000,00	413.000,00	478.000,00	71.000,00	66.000,00	60.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos nem instrumentos que proporcionem remuneração aos Administradores após terem deixado seus cargos, que não os decorrentes de aposentadoria. Não há, pois, consequências financeiras para o Emissor derivadas de tais arranjos e instrumentos.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A participação dos Administradores relacionados ao controlador na remuneração total de cada órgão, expressa em porcentagem desses totais foi a seguinte:

Órgão	Exercício		
	2014	2015	2016
Diretoria	22,82	22,58	22,91
Conselho de Administração	78,82	87,67	81,20
Conselho Fiscal	60,0	60,0	60,0

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Há a registrar remunerações por serviços de consultoria:

Órgão	R\$		
	2014	2015	2016
Diretoria	zero	zero	zero
Conselho de Administração	226.268	243.052	259.276
Conselho Fiscal	Zero	Zero	Zero
Total	226.268	243.052	259.276

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

ÓRGÃO	2014 (Em R\$)	2015 (Em R\$)	2016 (Em R\$)
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria Estatutária	59.528	64.400	71.344
Conselho Fiscal	-	-	-

Observação: Refere-se a remuneração anual de dois Diretores do emissor que prestam serviços na Subsidiária Integral METISA Florestal e Energética S.A.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

A empresa possuía em data de 31 de dezembro de 2016, em seu quadro, um total de 994 funcionários, conforme discriminado abaixo, oriundos da sede do Emissor e municípios vizinhos (Rio dos Cedros, Benedito Novo, Ascurra, Rodeio e Indaial).

Nº Funcionários	2014	2015	2016
Administrativos	91	87	86
Indiretos	245	234	227
Produção	729	673	680

Atuam na empresa 35 funcionários terceirizados em atividades de alimentação, segurança patrimonial e construção civil.

Em 2016, foi registrado o índice de 1,15% de rotatividade.

A METISA cumpre com a legislação trabalhista, mesmo assim conta com a média de 10 reclamatórias por ano, cujos processos são favoráveis à empresa em torno de 50%.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Nº Funcionários	2014	2015	2016
Admitidos	215	130	137
Demitidos/Aposentados	220	201	138

As variações ocorridas no quadro de funcionários do Emissor, objetivam adequar o número necessário ao desenvolvimento de suas atividades administrativas, comerciais e de produção.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Com relação à remuneração, a METISA aplica a política de mercado da região onde se localiza a Companhia, além de oferecer Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A empresa também, oferece outros benefícios a seus funcionários, sendo os principais: refeição; cesta de alimentos; transporte, atendimento médico e odontológico; associação atlética; financiamento para tratamento de saúde e para construção e reforma da casa própria e uniformes.

O Emissor não possui planos de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A relação entre o Emissor e o Sindicato da categoria são satisfatórias.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Edvaldo Angelo						
154.761.039-53	Brasileira-SC	Não	Não	30/09/2017		
Não						
	405.308	9,610000%	334.083	6,780000%	739.391	8,090000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
José Claudio Pagano						
763.370.228-15	brasileira-SP	Não	Não	30/09/2017		
Não						
	350	0,000000%	255.000	5,180000%	255.350	2,790000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
D' Angelo Participações Ltda						
79.373.700/0001-81	Brasileira-SC	Não	Não	30/09/2017		
Não						
	1.034.168	24,550000%	33.885	0,690000%	1.068.053	11,690000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Partbank S.A.						
29.557.386/0001-19	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/09/2017		
Não						
1.000.209	23,740000%	23.000	0,470000%	1.023.209	11,200000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Flavio Snell						
024.614.558-72	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/09/2017		
Não						
1.548.325	36,760000%	964.559	19,590000%	2.512.884	27,500000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
224.520	5,340000%	3.189.206	64,740000%	3.413.726	37,360000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 30/09/2017						
0	0,000000%	125.500	2,550000%	125.500	1,370000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
TOTAL						
4.212.880	100,000000%	4.925.233	100,000000%	9.138.113	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
D' Angelo Participações Ltda				79.373.700/0001-81	
Alessandra Casagrande Angelo					
806.933.939-04	Brasileira-SC	Não	Não		
Não					
20	0,100000	0	0,000000	20	0,100000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Edvaldo Angelo					
154.761.039-53	Brasileira-SC	Não	Não		
Não					
19.560	97,800000	0	0,000000	19.560	97,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
20.000	100,000000	0	0,000000	20.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
D' Angelo Participações Ltda				79.373.700/0001-81	
Zuleide Casagrande Angelo					
601.487.059-87	Brasileira-SC	Não	Não		
Não					
420	2,100000	0	0,000000	420	2,100000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Partbank S.A.				29.557.386/0001-19	
Flavio Snell					
024.614.558-72	Brasileira-RJ	Não	Sim		
Não					
16.257.318	50,800000	0	0,000000	16.257.318	50,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
15.742.682	49,200000	0	0,000000	15.742.682	49,200000
TOTAL					
32.000.000	100,000000	0	0,000000	32.000.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	21
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	4
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	11

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	27.638	0,660000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	3.197.291	64,920000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	3.224.929	35,290000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

O Grupo Econômico Controlador

O Emissor é controlado direta e indiretamente por Flavio Snell, que detém 60,4% das ações ordinárias, das quais 36,7% diretamente e 23,7% indiretamente, através de sua controlada – Partbank S.A. O Emissor se insere em um Grupo Econômico formado por um conjunto de empresas que tem como controlador Flavio Snell.

Controladas e Coligadas

O Grupo é formado pelas empresas Elite Assessoria e Consultoria Ltda., Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda., Flanel Administração e Participação Ltda., Facs Negócios e Serviços S/C Ltda., Partbank S.A., METISA Metalúrgica Timboense S.A., METISA Florestal e Energética S.A., Caraíbas Agropecuária Indústria e Comércio S.A. e GLJ Hotéis Ltda.

Participações do Emissor em Sociedades do Grupo

O Emissor, METISA Metalúrgica Timboense S.A., detém 100% das ações de METISA Florestal e Energética S.A.

Participação de Sociedades do Grupo no Emissor

Flavio Snell é proprietário de 36,7% e Partbank de 23,7% das ações ordinárias emitidas por METISA Metalúrgica Timboense S.A.

Sociedades sob Controle Comum

As sociedades sob controle comum são as citadas anteriormente, no item 8.1.b, sob o título de controladas e coligadas.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordo de acionistas em vigor.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações do grupo controlador e nas dos Administradores do Emissor nos últimos 3 exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

Não se aplica ao Emissor.

15.8 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

	R\$		
	2014	2015	2016
Fornecedores de Serviços	661.162,00	700.955,00	757.056,00
Fornecedores de Insumos	617.651,00	191.236,00	154.217,00

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Partbank S.A.	11/03/2015	444.900,00	152.800,00	Não se aplica	02.05.2015 à 30.04.2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank S.A.						
Objeto contrato	Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Metisa Florestal e Energética S.A.	31/12/2015	70.778,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária Integral						
Objeto contrato	Fornecimento de madeira						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Elite CCVM Ltda	31/12/2015	13.003,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Partbank S.A.	14/03/2014	414.350,00	142.000,00	Não se aplica	02.05.2014 à 30.04.2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank S.A.						
Objeto contrato	Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Metisa Florestal e Energética S.A.	31/12/2014	502.676,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária Integral						
Objeto contrato	Fornecimento de madeira						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Elite CCVM Ltda	31/12/2014	20.544,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	31/12/2014	114.975,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA - Edvaldo Angelo é Sócio Controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ricardo Teixeira Mendes	14/03/2014	226.268,00	77.536,00	Não se aplica	02.05.2014 à 30.04.2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro Efetivo do Conselho de Administração						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Metisa Florestal e Energética S.A.	31/12/2013	409.494,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária Integral						
Objeto contrato	Fornecimento de madeira						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Elite CCVM Ltda	31/12/2013	25.133,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	31/12/2013	57.469,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA - Edvaldo Angelo é sócio controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						
Objeto contrato	Fornecimento de insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ricardo Teixeira Mendes	19/04/2013	211.792,00	72.464,00	Não se aplica	02.05.2013 à 30.04.2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro do Conselho de Administração						
Objeto contrato	Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Partbank S.A.	19/04/2013	387.900,00	132.680,00	Não se aplica	02.05.2013 à 30.04.2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank S.A.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	31/12/2015	120.458,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA - Edvaldo Angelo é Sócio Controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ricardo Teixeira Mendes	11/03/2015	243.052,00	83.504,00	Não se aplica	02.05.2015 à 30.04.2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro Efetivo do Conselho de Administração						
Objeto contrato	Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Partbank S.A.	10/03/2016	485.904,00	161.968,00	Não se aplica	02.05.2016 à 30.04.2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		O controlador da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank S.A..					
Objeto contrato		Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.					
Garantia e seguros		Não se aplica					
Rescisão ou extinção		Aviso prévio					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ricardo Teixeira Mendes	10/03/2016	265.536,00	88.512,00	Não se aplica	02.05.2016 à 30.04.2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Membro do Conselho de Administração					
Objeto contrato		Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária					
Garantia e seguros		Não se aplica					
Rescisão ou extinção		Aviso prévio					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Eletromeca Metalúrgica Timboense Ltda	31/12/2016	154.217,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Edvaldo Angelo é sócio controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						
Objeto contrato	Fornecimento de insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Elite CCVM Ltda	31/12/2016	23.336,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Não se aplica ao Emissor.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/04/2015	100.000.000,00		4.212.530	4.924.733	9.137.263
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/04/2010	100.000.000,00		4.212.530	5.551.953	9.764.483

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2010	Assembléia Geral de Acionistas	20/04/2010	45.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei Nº 6.404/1976 e legislação posterior, será destinado 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos Acionistas, na proporção do número de ações que cada um possuir no Emissor. Os juros sobre capital próprio, aprovados pelo Emissor em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei Nº 6.404/1976 e legislação posterior, será destinado 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos Acionistas, na proporção do número de ações que cada um possuir no Emissor. Os juros sobre capital próprio, aprovados pelo Emissor em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios. As ações preferenciais terão as seguintes características: I - não resgatáveis; II - ausência do direito de voto, excetuados os casos previstos em Lei; III - dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; IV - participação em igualdade de condições com as ações ordinárias em capitalizações de quaisquer fundos ou reservas e em atribuições de quaisquer outras vantagens.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não se aplica ao Emissor.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não se aplica ao Emissor.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.585.634	13,97	10,20	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.000	20,00	20,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.195.746	10,94	9,71	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	100	20,00	20,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.853.585	10,51	9,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.000	20,00	20,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	832.022	11,00	8,21	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.628.453	17,74	17,60	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.864.768	17,20	16,13	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.055.442	15,80	15,05	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.931.647	15,03	13,75	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

BM&FBovespa Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não se aplica ao Emissor.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não se aplica ao Emissor.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica ao Emissor.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não se aplica ao Emissor.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
29/05/2014	29/05/2014 à 29/05/2015	0,00	Preferencial		240.000	5,500000	224.500	12,55	R\$ por Unidade	93,540000
27/09/2013	27/09/2013 à 27/09/2014	0,00	Preferencial		240.000	5,500000	240.000	17,87	R\$ por Unidade	100,000000
19/04/2013	19/04/2013 à 19/04/2014	0,00	Preferencial		240.000	5,500000	240.000	18,55	R\$ por Unidade	100,000000
17/04/2012	17/04/2012 à 17/04/2013	0,00	Preferencial		250.000	5,500000	28.600	20,74	R\$ por Unidade	11,440000

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2015****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	608.320	
Quantidade adquirida	144.400	12,42
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	627.220	
Quantidade final	125.500	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2014**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	503.320	
Quantidade adquirida	105.000	15,08
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	608.320	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações julgadas relevantes.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

20.2 - Outras informações relevantes

Não se aplica, pois até o momento o Emissor não possui uma Política de Negociação de Ações .

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES -

INSTRUÇÃO CVM Nº358 DE 03 DE JANEIRO DE 2002

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo explicitar a política da METISA a respeito da divulgação de fatos e/ou atos relevantes, relacionados aos seus negócios, visando oferecer ao mercado completa transparência. A presente política de divulgação abrange, não só os atos e fatos relevantes, conforme a definição do art. 2º da Instrução CVM 358 de 3 de janeiro de 2002, como também de fatos que são de interesse dos acionistas da Companhia, embora não se enquadrem na referida definição.

A presente “Política de Divulgação de Informações” procura determinar a forma como deverão ser tratadas as informações sobre os negócios da METISA e orientar seus administradores e funcionários sobre os procedimentos a seguir.

Considerando que o Conselho de Administração não tem poder sobre Acionistas e Conselheiros, e que estes no âmbito de suas atividades tem conhecimento de fatos relevantes, buscar-se-á a obtenção de sua concordância formal para prática dos procedimentos estabelecidos nesta Política de Divulgação e Informações mediante assinatura do “Termo de Adesão”, cujo modelo consta do Anexo I.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A METISA procurará classificar como relevantes os atos e fatos que possam influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão da Empresa e/ou na decisão de investidores de vender ou comprar tais títulos e/ou de exercer ou não direitos que venham a ter sobre os mesmos. Enquadram-se como tais, os atos e fatos relacionados no Item 2.1 deste documento, sendo importante observar que a relevância de certos atos ou fatos é função da situação particular de cada Companhia. De fato, no caso da METISA, que fabrica e comercializa um número muito grande de produtos diferentes, a introdução de um artigo novo, ou a descontinuidade da produção de um produto que vinha sendo fabricado, muito dificilmente impactaria de forma relevante os resultados da Empresa, não se caracterizando, pois, como fato relevante. Assim, ao definir a sua política de divulgação de informações, a METISA as classifica em quatro grandes grupos, a saber:

Grupo 1 – Atos e fatos relevantes segundo definição da Instrução CVM 358;

Grupo 2 – Atos e fatos de interesse dos acionistas, mas que não se constituem em atos ou fatos relevantes;

Grupo 3 – Informações relativas à posição acionária de Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores, bem como a suas alterações;

Grupo 4 – Informações sigilosas, cuja divulgação poderá trazer prejuízos à Companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A presente “Política de Divulgação de Informações” determina a forma pela qual deverão ser tratadas as informações referentes a atos e fatos classificados em cada um desses 4 grupos.

2.1. GRUPO 1 – ATOS E FATOS RELEVANTES

Considera-se que se enquadram na definição de “atos e fatos relevantes”, os eventos a seguir:

- a) Mudanças relevantes no quadro acionário;
- b) Mudanças no controle da Companhia, o que inclui a celebração, modificação ou rescisão de acordo de acionistas;
- c) Alterações no sistema de negociação de suas ações;
- d) Alterações nas relações entre classes de ações;
- e) Mudanças na estrutura da Companhia, decorrentes de cisão, fusão ou incorporação;
- f) Atos que levem à solução de continuidade nos negócios da Companhia ou mesmo, a sua paralisação;
- g) Mudanças relevantes de critérios contábeis;
- h) Eliminação de linha de produção, cujo impacto esperado seja superior a 25% do faturamento anual;
- i) Aprovação e decisão de execução de plano de investimento específico, que envolva recursos, próprios e de terceiros, superiores a 33% do valor do Patrimônio Líquido, a ser executado em um período de até 24 meses;
- j) Tomada de financiamentos a longo prazo, destinados a investimento fixo e a capital de giro decorrente, que envolvam aporte de recursos superiores a 25% do Patrimônio Líquido;
- k) Ocorrência de acidente de grandes proporções, que venha a afetar consideravelmente a capacidade de produção da Empresa;
- l) Aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria e/ou cancelamento e alienação de ações assim adquiridas;
- m) Desdobramento, grupamento de ações, atribuição de bonificação.

2.2. GRUPO 2 – ATOS E FATOS DE INTERESSE DOS ACIONISTAS

Entende-se como tal, as informações de caráter geral sobre a empresa e relativas ao andamento de seus negócios. Dentro deste Grupo, reconhece-se a existência de três subgrupos, a saber:

Grupo 2A – Informações de caráter geral, tais como caracterização da empresa, localização, endereços, etc.;

Grupo 2B – Informações que são geradas anualmente;

Grupo 2C – Informações que são geradas trimestralmente.

Classificam-se nesses grupos:

2.2.1. Grupo 2A

Envolve informações sobre:

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- Características gerais da Empresa;
- Localização da Empresa; endereços da sede, filiais e escritórios de representação, no Brasil e no exterior;
- Linha de Produtos;
- Processo produtivo;
- Composição do Capital Social;
- Identificação do Diretor de Relações com Investidores;
- Identificação e forma de contato com o responsável pelo Departamento de Acionistas;
- Identificação do Auditor Independente;
- Jornais em que são veiculadas as notícias sobre a Empresa, conforme decisão da AGO;
- Identificação dos Administradores.

2.2.2. Grupo 2B

Classificam-se como tal, os documentos de interesse dos acionistas e que não contêm informações sigilosas, geradas anualmente, tais como:

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo, auditada por Auditores Independentes;
- Relatório da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- Parecer dos Auditores;
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de empresas controladas.

2.2.3. Grupo 2C

Classificam-se como tal, as seguintes informações:

- Demonstrações Financeiras Trimestrais;
- Histórico de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio;
- Demonstrações Financeiras trimestrais de controladas.

2.3. GRUPO 3 – POSIÇÃO ACIONÁRIA

2.3.1 Diretores, Membros dos Conselhos e Pessoas Ligadas

Consoante o que dispõe o artigo 11 da Instrução CVM 358/2002 com as alterações introduzidas pelas instruções CVM 369/02, 449/07, 547/14, 552/14 e 568/15, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretores e pessoas ligadas que tenham acesso a atos e/ou fatos relevantes, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores (DRI):

- Suas posições acionárias na data de sua investidura no cargo, especificando a classe e espécie das ações possuídas;
- Toda e qualquer variação de sua posição acionária relativa às ações emitidas pela Companhia, no prazo de até 5 dias (§ 4º) após a realização do correspondente evento, utilizando o modelo constante do **Anexo II**.

O Diretor de Relações com Investidores enviará à CVM e ao mercado as informações recebidas de Conselheiros, Diretores e pessoas ligadas, bem como sobre qualquer negociação da Companhia com

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

suas próprias ações, no prazo de até 10 dias a contar do término do mês em que ocorreram as mencionadas negociações.

No caso de eleição de novos Conselheiros ou Diretores, as informações sobre os mesmos deverão ser feitas no primeiro dia útil após sua investidura no cargo.

2.3.2 Acionistas Controladores e outros acionistas que elegeram membros do Conselho de Administração

A empresa informará, em relação aos acionistas supra citados que tiverem assinado o Termo de Adesão (Anexo I).

- Variação da posição acionária a cada vez que tal variação venha atingir a 5% (cinco por cento) da espécie ou classe das ações emitidas pela Companhia (§ 4º, art. 12º);
- Existência de acordo de acionistas ou de circulação de ações.

Estas regras também são válidas para acionistas minoritários que sejam membros do Conselho de Administração.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores transmitir à CVM e ao mercado as informações acima referidas, assim que recebidas (§ 6º, art. 12).

2.4. GRUPO 4 – INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Conceitualmente, são as informações cuja divulgação trará prejuízo à Companhia. Estas informações se dividem em dois grupos, a saber:

- Grupo 4 A – Informações cujo **caráter sigiloso é permanente**;
- Grupo 4 B – Informações cujo **caráter sigiloso é temporário**;

Em princípio, enquadram-se nesses grupos, como exemplo, as informações relativas a:

2.4.1. Grupo 4 A - Caráter sigiloso permanente

- Plano Estratégico;
- Política e Planejamento de Vendas;
- Política de Preços;
- Custos Industriais;

2.4.2. Grupo 4 B – Caráter sigiloso temporário

- Participação da Empresa no mercado, segundo suas linhas de produtos;
- Desenvolvimento de novos produtos;
- Desenvolvimento de novos processos;
- Desenvolvimento de negociações com terceiros.

3. DESTINO, FORMA E MEIOS DE DIVULGAÇÃO

3.1. PRINCÍPIOS

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Considerado o princípio de transparência de seus negócios, a orientação geral é de que se dê às informações sobre a Empresa ampla divulgação, observado, entretanto, que os gastos com tal divulgação deverão estar contidos em níveis compatíveis com o porte e orçamento da Companhia.

3.2. DESTINO

As informações sobre a Empresa se destinam:

- À Comissão de Valores Mobiliários;
- Às Bolsas de Valores;
- Aos acionistas;
- Ao público em geral.

3.3. FORMA

As informações sobre METISA serão divulgadas segundo duas formas básicas: a forma sucinta e a forma completa, entendendo-se como completa a informação enviada à CVM (§ 8º, art. 3º).

A divulgação da informação na forma sucinta será acompanhada de indicação sobre onde e como o interessado poderá obter a informação completa.

3.4. MEIOS DE DIVULGAÇÃO

A Empresa utilizará, como meios de divulgação:

- Publicação em jornais de grande circulação, necessariamente aqueles definidos em AGO como veiculadores de notícias sobre a Companhia

No uso deste meio, usar-se-á, preferencialmente, a forma sucinta.

- Correio eletrônico ou outra forma de transmissão eletrônica de dados para destinatário definido.

Este será o meio preferencialmente utilizado para transmitir as informações à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores.

- Página da Empresa na Rede Mundial de Computadores – Internet.

Este veículo conterà permanentemente todas as informações do Grupo 2A, rotineiramente atualizadas, e apresentará todas as informações divulgadas pela Empresa em sua forma completa, durante um período mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua comunicação à CVM.

- Correio, a ser utilizado quando o envio das informações à CVM não puder ser feito por via eletrônica.

4. CRONOGRAMA DE INFORMAÇÕES

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As informações relativas à Empresa, serão divulgadas segundo o cronograma estabelecido no **Quadro 4**.

5. INFORMAÇÕES SIGILOSAS

5.1. CONCEITO

O tratamento das informações sigilosas envolve dois aspectos a considerar:

- a manutenção do sigilo;
- a detecção tempestiva do vazamento de informações sigilosas, especialmente das que além de sigilosas, se enquadram dentro da definição de informação relevante.

5.2. MANUTENÇÃO DO SIGILO

5.2.1. Informações Não Relevantes

A Diretoria deverá determinar as regras e procedimentos para manutenção da confidencialidade das informações de caráter sigiloso, adequados à natureza dessas informações.

5.2.2. Informações Relevantes

As informações relevantes de caráter sigiloso, deverão ser tratadas segundo as seguintes regras básicas:

- Só deverá ter acesso à informação quem precisar conhecê-la;
- As decisões de caráter sigiloso, do Conselho de Administração ou da Diretoria, serão registradas em ata especial e confidencial;
- Quando da contratação de Auditores Independentes ou Consultores, que no exercício de suas tarefas possam vir a ter acesso a informações sigilosas, deverá existir cláusula contratual que resguarde sua confidencialidade.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Quadro 4

Cronograma de Divulgação de Informações

Grupo / Subgrupo	Momento da Divulgação
1	Imediatamente, tão logo os atos e/ou fatos tenham se materializado.
2A	Permanente, no "site" da Empresa. Atualização sempre que necessário.
2B	Entre 30 de março e 31 de maio de cada ano.
2C	Até 45 dias após o encerramento do trimestre gregoriano.
3	<ul style="list-style-type: none"> • A variação das posições de Conselheiros, Diretores e outras pessoas ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, até o 10º dia do mês subsequente àquele em que as negociações feitas tenham levado à variação de suas posições. • A variação das posições de Acionistas Controladores e/ou de Acionistas que nomearam membros do Conselho de Administração, que tenham assinado o Termo de Adesão, em até 2 dias úteis após a negociação que tenha levado à variação relevante de suas posições em quantidade correspondente a 5% ou mais da espécie ou classe de ações representativas do Capital da Companhia ou de outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

5.3. DETECÇÃO DE VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Em se detectando o vazamento de informação sigilosa relevante, o Diretor de Relações com Investidores providenciará sua imediata divulgação.

6. PROCEDIMENTOS DE CONSELHEIROS, ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETORES, GERENTES E CONSULTORES

De modo a garantir as divulgações das informações sobre negociação de ações de emissão da Cia., feitas por pessoas que têm acesso a informações relevantes, serão adotados os seguintes procedimentos:

- A Empresa comunicará formalmente os termos desta “Política de Divulgação de Informações” a seus Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e a todos e quaisquer funcionários e pessoas ligadas que, em razão de suas funções, tenham acesso a informações relevantes, delas procurando obter adesão formal em documento próprio, o Termo de Adesão **(Anexo I)**;
- Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e Pessoas Ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, informarão à Companhia e à CVM, os negócios que vierem a efetuar com valores mobiliários previstos no item 2.3 desta Política, conforme modelo anexo **(Anexo II)**;
- Gerentes cuja função os levem a conhecer atos ou fatos relevantes, se obrigam a comunicar negócios que fizerem com valores mobiliários de emissão da Companhia ao Diretor de Relações com os Investidores, conforme modelo anexo **(Anexo II)**, comunicação esta a ser feita imediatamente após realização do negócio;
- A Empresa exigirá de seus Auditores Independentes, bem como de terceiros que venha a contratar e cujo trabalho os leve a conhecer atos ou fatos relevantes, declaração de que comunicarão à CVM qualquer negociação que venham a fazer com papéis da METISA, durante o tempo em que estiverem prestando serviços à Companhia, e no período de 180 dias que suceder ao seu término, nos termos do modelo anexo **(Anexo II)**;
- Os documentos acima referidos ficarão arquivados na Companhia, enquanto perdurar o vínculo das pessoas supra mencionadas com ela, e por um período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção desse vínculo.

7. RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores fazer cumprir no que lhe couber, o disposto nesta “Política de Divulgação de Informações”, exceto no que tange às informações sobre negociação de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, feitas por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores.

É de responsabilidade dos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores a divulgação das informações relativas às negociações que tenham feito com valores mobiliários de emissão da

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Empresa (**art. 11 e art12**), sempre que excedida a variação de suas posições previstas no item 2.3 deste documento.

8. ACOMPANHAMENTO

Os Conselheiros e Diretores deverão estar informados sobre a Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o Diretor de Relações com Investidores deverá estar a par das comunicações feitas à CVM por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores. Assim, adota-se os seguintes procedimentos:

- O Diretor de Relações com Investidores providenciará a distribuição aos Diretores, Conselheiros e Acionistas Controladores, de todos os comunicados à CVM;
- Os Acionistas Controladores, Conselheiros, Diretores, Auditores e terceiros, enviarão, ao Diretor de Relações com Investidores, cópia das comunicações que fizerem à CVM, tão logo as tenham feito.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- A Diretoria da Empresa tomará as necessárias providências para imediata implantação desta “Política de Divulgação de Informações”;
- A presente “Política de Divulgação de Informações” só poderá ser alterada, modificada ou revogada por decisão da Assembléia Geral dos Acionistas e/ou decisão do Conselho de Administração, tomada por maioria, em reunião com quorum mínimo de 2/3 dos Conselheiros.
- Qualquer alteração desta “Política” será imediatamente comunicada à CVM e divulgada conforme disposto no item 3 deste documento.

Timbó, 11 de março de 2016.

Flavio Snell
Presidente do Conselho de Administração

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

ANEXO I

Termo de Adesão ao Manual de Conduta e Política de Divulgação e Uso de Informações

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Pelo presente instrumento, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), residente e domiciliado na cidade _____, Estado _____, à R _____ nº _____, bairro _____, portador da Carteira de Identidade RG _____ e do CPF _____, doravante denominado simplesmente Declarante”, na qualidade de _____ da Metisa Metalúrgica Timboense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 86.375.425/0001-09 e Inscrição Estadual Nº 250.266.776, com sede na Rua Fritz Lorenz, 2442, na Cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes do Manual de Divulgação e Uso de Informações da METISA (“Manual”), cuja cópia recebeu, que disciplina a política interna quanto ao uso e divulgação de Informações Relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras. O Declarante firma o presente Termo de Adesão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Timbó (SC), _____

Testemunhas:

1.

Nome:

R.G.:

CPF:

2.

Nome:

R.G.:

CPF:

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

ANEXO II

MODELO

Informação Sobre a Negociação com Valores Mobiliários de METISA ou Empresa de Capital Aberto Ligada

Ao

Diretor de Relações com Investidores

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Av. Fritz Lorenz, 2.442

89120-000 – Timbó – SC

Prezados Senhores:

De conformidade com a Política de Divulgação de Informações da METISA – Metalúrgica Timboense S.A., venho comunicar que negocie valores mobiliários de sua emissão e/ou de Companhia de capital aberto a ela ligada. Informo a seguir, os principais dados relativos ao negócio:

- Companhia Emissora;
- Data do Negócio;
- Tipo do Valor Mobiliário;
- Tipo do Negócio (compra ou venda);
- Forma do Negócio (à vista, etc.);
- Quantidade Total Negociada;
- Quantidade Segundo Espécie e Classe;
- Preço, segundo espécie e classe;
- Corretora que intermediou o negócio.

Seguem os dados da pessoa que realizou o negócio:

Nome:

Qualificação:

CNPJ/CPF:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES -

INSTRUÇÃO CVM Nº358 DE 03 DE JANEIRO DE 2002

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo explicitar a política da METISA a respeito da divulgação de fatos e/ou atos relevantes, relacionados aos seus negócios, visando oferecer ao mercado completa transparência. A presente política de divulgação abrange, não só os atos e fatos relevantes, conforme a definição do art. 2º da Instrução CVM 358 de 3 de janeiro de 2002, como também de fatos que são de interesse dos acionistas da Companhia, embora não se enquadrem na referida definição.

A presente “Política de Divulgação de Informações” procura determinar a forma como deverão ser tratadas as informações sobre os negócios da METISA e orientar seus administradores e funcionários sobre os procedimentos a seguir.

Considerando que o Conselho de Administração não tem poder sobre Acionistas e Conselheiros, e que estes no âmbito de suas atividades tem conhecimento de fatos relevantes, buscar-se-á a obtenção de sua concordância formal para prática dos procedimentos estabelecidos nesta Política de Divulgação e Informações mediante assinatura do “Termo de Adesão”, cujo modelo consta do Anexo I.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A METISA procurará classificar como relevantes os atos e fatos que possam influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão da Empresa e/ou na decisão de investidores de vender ou comprar tais títulos e/ou de exercer ou não direitos que venham a ter sobre os mesmos. Enquadram-se como tais, os atos e fatos relacionados no Item 2.1 deste documento, sendo importante observar que a relevância de certos atos ou fatos é função da situação particular de cada Companhia. De fato, no caso da METISA, que fabrica e comercializa um número muito grande de produtos diferentes, a introdução de um artigo novo, ou a descontinuidade da produção de um produto que vinha sendo fabricado, muito dificilmente impactaria de forma relevante os resultados da Empresa, não se caracterizando, pois, como fato relevante. Assim, ao definir a sua política de divulgação de informações, a METISA as classifica em quatro grandes grupos, a saber:

Grupo 1 – Atos e fatos relevantes segundo definição da Instrução CVM 358;

Grupo 2 – Atos e fatos de interesse dos acionistas, mas que não se constituem em atos ou fatos relevantes;

Grupo 3 – Informações relativas à posição acionária de Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores, bem como a suas alterações;

Grupo 4 – Informações sigilosas, cuja divulgação poderá trazer prejuízos à Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A presente “Política de Divulgação de Informações” determina a forma pela qual deverão ser tratadas as informações referentes a atos e fatos classificados em cada um desses 4 grupos.

2.1. GRUPO 1 – ATOS E FATOS RELEVANTES

Considera-se que se enquadram na definição de “atos e fatos relevantes”, os eventos a seguir:

- a) Mudanças relevantes no quadro acionário;
- b) Mudanças no controle da Companhia, o que inclui a celebração, modificação ou rescisão de acordo de acionistas;
- c) Alterações no sistema de negociação de suas ações;
- d) Alterações nas relações entre classes de ações;
- e) Mudanças na estrutura da Companhia, decorrentes de cisão, fusão ou incorporação;
- f) Atos que levem à solução de continuidade nos negócios da Companhia ou mesmo, a sua paralisação;
- g) Mudanças relevantes de critérios contábeis;
- h) Eliminação de linha de produção, cujo impacto esperado seja superior a 25% do faturamento anual;
- i) Aprovação e decisão de execução de plano de investimento específico, que envolva recursos, próprios e de terceiros, superiores a 33% do valor do Patrimônio Líquido, a ser executado em um período de até 24 meses;
- j) Tomada de financiamentos a longo prazo, destinados a investimento fixo e a capital de giro decorrente, que envolvam aporte de recursos superiores a 25% do Patrimônio Líquido;
- k) Ocorrência de acidente de grandes proporções, que venha a afetar consideravelmente a capacidade de produção da Empresa;
- l) Aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria e/ou cancelamento e alienação de ações assim adquiridas;
- m) Desdobramento, grupamento de ações, atribuição de bonificação.

2.2. GRUPO 2 – ATOS E FATOS DE INTERESSE DOS ACIONISTAS

Entende-se como tal, as informações de caráter geral sobre a empresa e relativas ao andamento de seus negócios. Dentro deste Grupo, reconhece-se a existência de três subgrupos, a saber:

Grupo 2A – Informações de caráter geral, tais como caracterização da empresa, localização, endereços, etc.;

Grupo 2B – Informações que são geradas anualmente;

Grupo 2C – Informações que são geradas trimestralmente.

Classificam-se nesses grupos:

2.2.1. Grupo 2A

Envolve informações sobre:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- Características gerais da Empresa;
- Localização da Empresa; endereços da sede, filiais e escritórios de representação, no Brasil e no exterior;
- Linha de Produtos;
- Processo produtivo;
- Composição do Capital Social;
- Identificação do Diretor de Relações com Investidores;
- Identificação e forma de contato com o responsável pelo Departamento de Acionistas;
- Identificação do Auditor Independente;
- Jornais em que são veiculadas as notícias sobre a Empresa, conforme decisão da AGO;
- Identificação dos Administradores.

2.2.2. Grupo 2B

Classificam-se como tal, os documentos de interesse dos acionistas e que não contêm informações sigilosas, geradas anualmente, tais como:

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo, auditada por Auditores Independentes;
- Relatório da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- Parecer dos Auditores;
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de empresas controladas.

2.2.3. Grupo 2C

Classificam-se como tal, as seguintes informações:

- Demonstrações Financeiras Trimestrais;
- Histórico de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio;
- Demonstrações Financeiras trimestrais de controladas.

2.3. GRUPO 3 – POSIÇÃO ACIONÁRIA

2.3.1 Diretores, Membros dos Conselhos e Pessoas Ligadas

Consoante o que dispõe o artigo 11 da Instrução CVM 358/2002 com as alterações introduzidas pelas instruções CVM 369/02, 449/07, 547/14, 552/14 e 568/15, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretores e pessoas ligadas que tenham acesso a atos e/ou fatos relevantes, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores (DRI):

- Suas posições acionárias na data de sua investidura no cargo, especificando a classe e espécie das ações possuídas;
- Toda e qualquer variação de sua posição acionária relativa às ações emitidas pela Companhia, no prazo de até 5 dias (§ 4º) após a realização do correspondente evento, utilizando o modelo constante do **Anexo II**.

O Diretor de Relações com Investidores enviará à CVM e ao mercado as informações recebidas de Conselheiros, Diretores e pessoas ligadas, bem como sobre qualquer negociação da Companhia com

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

suas próprias ações, no prazo de até 10 dias a contar do término do mês em que ocorreram as mencionadas negociações.

No caso de eleição de novos Conselheiros ou Diretores, as informações sobre os mesmos deverão ser feitas no primeiro dia útil após sua investidura no cargo.

2.3.2 Acionistas Controladores e outros acionistas que elegeram membros do Conselho de Administração

A empresa informará, em relação aos acionistas supra citados que tiverem assinado o Termo de Adesão (Anexo I).

- Variação da posição acionária a cada vez que tal variação venha atingir a 5% (cinco por cento) da espécie ou classe das ações emitidas pela Companhia (§ 4º, art. 12º);
- Existência de acordo de acionistas ou de circulação de ações.

Estas regras também são válidas para acionistas minoritários que sejam membros do Conselho de Administração.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores transmitir à CVM e ao mercado as informações acima referidas, assim que recebidas (§ 6º, art. 12).

2.4. GRUPO 4 – INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Conceitualmente, são as informações cuja divulgação trará prejuízo à Companhia. Estas informações se dividem em dois grupos, a saber:

- Grupo 4 A – Informações cujo **caráter sigiloso é permanente**;
- Grupo 4 B – Informações cujo **caráter sigiloso é temporário**;

Em princípio, enquadram-se nesses grupos, como exemplo, as informações relativas a:

2.4.1. Grupo 4 A - Caráter sigiloso permanente

- Plano Estratégico;
- Política e Planejamento de Vendas;
- Política de Preços;
- Custos Industriais;

2.4.2. Grupo 4 B – Caráter sigiloso temporário

- Participação da Empresa no mercado, segundo suas linhas de produtos;
- Desenvolvimento de novos produtos;
- Desenvolvimento de novos processos;
- Desenvolvimento de negociações com terceiros.

3. DESTINO, FORMA E MEIOS DE DIVULGAÇÃO

3.1. PRINCÍPIOS

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Considerado o princípio de transparência de seus negócios, a orientação geral é de que se dê às informações sobre a Empresa ampla divulgação, observado, entretanto, que os gastos com tal divulgação deverão estar contidos em níveis compatíveis com o porte e orçamento da Companhia.

3.2. DESTINO

As informações sobre a Empresa se destinam:

- À Comissão de Valores Mobiliários;
- Às Bolsas de Valores;
- Aos acionistas;
- Ao público em geral.

3.3. FORMA

As informações sobre METISA serão divulgadas segundo duas formas básicas: a forma sucinta e a forma completa, entendendo-se como completa a informação enviada à CVM (§ 8º, art. 3º).

A divulgação da informação na forma sucinta será acompanhada de indicação sobre onde e como o interessado poderá obter a informação completa.

3.4. MEIOS DE DIVULGAÇÃO

A Empresa utilizará, como meios de divulgação:

- Publicação em jornais de grande circulação, necessariamente aqueles definidos em AGO como veiculadores de notícias sobre a Companhia

No uso deste meio, usar-se-á, preferencialmente, a forma sucinta.

- Correio eletrônico ou outra forma de transmissão eletrônica de dados para destinatário definido.

Este será o meio preferencialmente utilizado para transmitir as informações à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores.

- Página da Empresa na Rede Mundial de Computadores – Internet.

Este veículo conterà permanentemente todas as informações do Grupo 2A, rotineiramente atualizadas, e apresentará todas as informações divulgadas pela Empresa em sua forma completa, durante um período mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua comunicação à CVM.

- Correio, a ser utilizado quando o envio das informações à CVM não puder ser feito por via eletrônica.

4. CRONOGRAMA DE INFORMAÇÕES

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As informações relativas à Empresa, serão divulgadas segundo o cronograma estabelecido no **Quadro 4**.

5. INFORMAÇÕES SIGILOSAS

5.1. CONCEITO

O tratamento das informações sigilosas envolve dois aspectos a considerar:

- a manutenção do sigilo;
- a detecção tempestiva do vazamento de informações sigilosas, especialmente das que além de sigilosas, se enquadram dentro da definição de informação relevante.

5.2. MANUTENÇÃO DO SIGILO

5.2.1. Informações Não Relevantes

A Diretoria deverá determinar as regras e procedimentos para manutenção da confidencialidade das informações de caráter sigiloso, adequados à natureza dessas informações.

5.2.2. Informações Relevantes

As informações relevantes de caráter sigiloso, deverão ser tratadas segundo as seguintes regras básicas:

- Só deverá ter acesso à informação quem precisar conhecê-la;
- As decisões de caráter sigiloso, do Conselho de Administração ou da Diretoria, serão registradas em ata especial e confidencial;
- Quando da contratação de Auditores Independentes ou Consultores, que no exercício de suas tarefas possam vir a ter acesso a informações sigilosas, deverá existir cláusula contratual que resguarde sua confidencialidade.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quadro 4

Cronograma de Divulgação de Informações

Grupo / Subgrupo	Momento da Divulgação
1	Imediatamente, tão logo os atos e/ou fatos tenham se materializado.
2A	Permanente, no "site" da Empresa. Atualização sempre que necessário.
2B	Entre 30 de março e 31 de maio de cada ano.
2C	Até 45 dias após o encerramento do trimestre gregoriano.
3	<ul style="list-style-type: none"> • A variação das posições de Conselheiros, Diretores e outras pessoas ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, até o 10º dia do mês subsequente àquele em que as negociações feitas tenham levado à variação de suas posições. • A variação das posições de Acionistas Controladores e/ou de Acionistas que nomearam membros do Conselho de Administração, que tenham assinado o Termo de Adesão, em até 2 dias úteis após a negociação que tenha levado à variação relevante de suas posições em quantidade correspondente a 5% ou mais da espécie ou classe de ações representativas do Capital da Companhia ou de outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

5.3. DETECÇÃO DE VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Em se detectando o vazamento de informação sigilosa relevante, o Diretor de Relações com Investidores providenciará sua imediata divulgação.

6. PROCEDIMENTOS DE CONSELHEIROS, ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETORES, GERENTES E CONSULTORES

De modo a garantir as divulgações das informações sobre negociação de ações de emissão da Cia., feitas por pessoas que têm acesso a informações relevantes, serão adotados os seguintes procedimentos:

- A Empresa comunicará formalmente os termos desta “Política de Divulgação de Informações” a seus Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e a todos e quaisquer funcionários e pessoas ligadas que, em razão de suas funções, tenham acesso a informações relevantes, delas procurando obter adesão formal em documento próprio, o Termo de Adesão **(Anexo I)**;
- Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e Pessoas Ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, informarão à Companhia e à CVM, os negócios que vierem a efetuar com valores mobiliários previstos no item 2.3 desta Política, conforme modelo anexo **(Anexo II)**;
- Gerentes cuja função os levem a conhecer atos ou fatos relevantes, se obrigam a comunicar negócios que fizerem com valores mobiliários de emissão da Companhia ao Diretor de Relações com os Investidores, conforme modelo anexo **(Anexo II)**, comunicação esta a ser feita imediatamente após realização do negócio;
- A Empresa exigirá de seus Auditores Independentes, bem como de terceiros que venha a contratar e cujo trabalho os leve a conhecer atos ou fatos relevantes, declaração de que comunicarão à CVM qualquer negociação que venham a fazer com papéis da METISA, durante o tempo em que estiverem prestando serviços à Companhia, e no período de 180 dias que suceder ao seu término, nos termos do modelo anexo **(Anexo II)**;
- Os documentos acima referidos ficarão arquivados na Companhia, enquanto perdurar o vínculo das pessoas supra mencionadas com ela, e por um período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção desse vínculo.

7. RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores fazer cumprir no que lhe couber, o disposto nesta “Política de Divulgação de Informações”, exceto no que tange às informações sobre negociação de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, feitas por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores.

É de responsabilidade dos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores a divulgação das informações relativas às negociações que tenham feito com valores mobiliários de emissão da

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Empresa (**art. 11 e art12**), sempre que excedida a variação de suas posições previstas no item 2.3 deste documento.

8. ACOMPANHAMENTO

Os Conselheiros e Diretores deverão estar informados sobre a Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o Diretor de Relações com Investidores deverá estar a par das comunicações feitas à CVM por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores. Assim, adota-se os seguintes procedimentos:

- O Diretor de Relações com Investidores providenciará a distribuição aos Diretores, Conselheiros e Acionistas Controladores, de todos os comunicados à CVM;
- Os Acionistas Controladores, Conselheiros, Diretores, Auditores e terceiros, enviarão, ao Diretor de Relações com Investidores, cópia das comunicações que fizerem à CVM, tão logo as tenham feito.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- A Diretoria da Empresa tomará as necessárias providências para imediata implantação desta “Política de Divulgação de Informações”;
- A presente “Política de Divulgação de Informações” só poderá ser alterada, modificada ou revogada por decisão da Assembléia Geral dos Acionistas e/ou decisão do Conselho de Administração, tomada por maioria, em reunião com quorum mínimo de 2/3 dos Conselheiros.
- Qualquer alteração desta “Política” será imediatamente comunicada à CVM e divulgada conforme disposto no item 3 deste documento.

Timbó, 11 de março de 2016.

Flavio Snell
Presidente do Conselho de Administração

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**ANEXO I****Termo de Adesão
ao Manual de Conduta e Política de Divulgação e Uso de Informações****METISA – Metalúrgica Timboense S.A.**

Pelo presente instrumento, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), residente e domiciliado na cidade _____, Estado _____, à R _____ nº _____, bairro _____, portador da Carteira de Identidade RG _____ e do CPF _____, doravante denominado simplesmente Declarante”, na qualidade de _____ da Metisa Metalúrgica Timboense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 86.375.425/0001-09 e Inscrição Estadual Nº 250.266.776, com sede na Rua Fritz Lorenz, 2442, na Cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes do Manual de Divulgação e Uso de Informações da METISA (“Manual”), cuja cópia recebeu, que disciplina a política interna quanto ao uso e divulgação de Informações Relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras. O Declarante firma o presente Termo de Adesão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Timbó (SC), _____

Testemunhas:

1.

Nome:

R.G.:

CPF:

2.

Nome:

R.G.:

CPF:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

ANEXO II

MODELO

Informação Sobre a Negociação com Valores Mobiliários de METISA ou Empresa de Capital Aberto Ligada

Ao

Diretor de Relações com Investidores

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Av. Fritz Lorenz, 2.442

89120-000 – Timbó – SC

Prezados Senhores:

De conformidade com a Política de Divulgação de Informações da METISA – Metalúrgica Timboense S.A., venho comunicar que negocie valores mobiliários de sua emissão e/ou de Companhia de capital aberto a ela ligada. Informo a seguir, os principais dados relativos ao negócio:

- Companhia Emissora;
- Data do Negócio;
- Tipo do Valor Mobiliário;
- Tipo do Negócio (compra ou venda);
- Forma do Negócio (à vista, etc.);
- Quantidade Total Negociada;
- Quantidade Segundo Espécie e Classe;
- Preço, segundo espécie e classe;
- Corretora que intermediou o negócio.

Seguem os dados da pessoa que realizou o negócio:

Nome:

Qualificação:

CNPJ/CPF:

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores fazer cumprir no que lhe couber, o disposto nesta “Política de Divulgação de Informações”, exceto no que tange às informações sobre negociação de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, feitas por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores.

É de responsabilidade dos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores a divulgação das informações relativas às negociações que tenham feito com valores mobiliários de emissão da Empresa (**§ 1C e 2º do art. 2º e art. 11 e art. 12**), sempre que excedida a variação de suas posições previstas no item 2.3 deste documento.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.